

ATA inteiro teor*

Comitê da Bacia Hidrográfica

Alto Tietê

CBH – A T

2ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA 2020

Videoconferência através da plataforma Teams

1ª reunião Plenária do Comitê por Videoconferência

(Deliberação CBH-AT Ad Referendum N° 95, de 03 de junho de 2020)

Realizada em 28 de julho de 2020

Obs. Taquígrafo: Em virtude da pandemia COVID-19, esta reunião contém, no que foi possível acompanhar, manifestações também escritas no Chat, portanto uma taquigrafia flexibilizada. Como de praxe, com credibilidade da imparcialidade e fidelidade da taquigrafia registrando todas as manifestações verbais como retrato fiel das falas.

Taquígrafo: Dartan G.

*Assim como foi dito



Amauri Pollachi–APU-Presidente em exercício do CBHAT -

Quero comunicar que a Secretaria Executiva informa já temos quórum, com 30 entidades presentes, precisaríamos de 29 para iniciar, e iniciamos antes da segunda chamada.

Agradeço a presença de todos e todas, com uma nova experiência do nosso Comitê do Alto Tietê, uma reunião plenária virtual. Antes, a sua palavra para Larissa, funcionário da FABHAT para explicar todo o funcionamento da plataforma que estamos utilizando e como será o procedimento ao longo da reunião, que espero que seja bastante produtiva com resultados positivos para o Comitê. Todos os procedimentos da plataforma como poderão visualizar e solicitar a palavra, enfim todos os procedimentos, e de antemão peço para os que estiverem com microfones abertos que fechem o microfone.

Também informar que a reunião está sendo gravada, além da presença do nosso taquígrafo, o

Dartan, registrando para depois elaborar a Ata dessa reunião.

Larissa- (Secretaria executiva CBH-AT)- Explica aos usuários as recomendações técnicas para o andamento dos trabalhos, com as soluções básicas da plataforma tecnológica utilizada para a reunião não presencial. (Teams - Microsoft).

Presidente- Obrigado, se não houver nenhuma dúvida podemos seguir.

Comunicando, embora todos já tenham essa informação, que o Marcus Vinícius de Almeida e Melo Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê-CBH-AT, o Prefeito de Mogi das Cruzes, solicitou no final de março afastamento do Comitê atendendo a legislação eleitoral para concorrer à reeleição em Mogi das Cruzes, e nesse momento estou respondendo pela presidência do comitê até o final de novembro.

Item 2 discussão e votação da Ata da 1a. reunião plenária de 2020 em 20 de fevereiro, todos receberam gostaria de saber se existe alguma manifestação para ajuste do texto encaminhado, por favor, pelo Chat ou verbalmente levantando a mão na plataforma. Não havendo manifestação coloco em votação, os que concordam, por favor, fiquem como estão. Os que votam em contrário, por favor, se manifestem. As abstenções se manifestem, também. Aprovada então por unanimidade.

Item 3. Comunicações.

Foi aprovado no Congresso Nacional e depois sancionado pelo Presidente da República a Lei 14026 editada no dia 15 de julho, que altera o Marco legal do saneamento básico no país, uma série de alterações importantes no saneamento no Brasil, principalmente na água esgotamento sanitário afetando fundamentalmente as ações do comitê, e pode ter repercussão na forma de

arrecadação que temos hoje cobrança pelo uso da água, é importante termos atenção nos desdobramentos da aplicação dessa Lei.

A Outra, tivemos algumas deliberações do COFEHIDRO influenciando de alguma maneira as deliberações que vamos tratar hoje, a primeira ad referendum 222, fixando o valor de cerca de R\$ 4 milhões de disponibilidade para os investimentos no comitê CFHUR e os royalties de Itaipu que anteriormente era na casa dos R\$ 6.200 milhões, também em função da alteração de legislação estadual e federal modificando essa distribuição dos recursos ao FEHIDRO e também ao Fundo do estímulo da produção agropecuária que recebe também esses recursos. A deliberação com o impacto nas nossas decisões 224 editada dia 22 de julho, foi importante e podemos creditar a sua edição às gestões que a Diretoria desse comitê realizou com a secretaria do COFEHIDRO e da SIMA. A partir da formalização de um ofício

justificando a necessidade de alteração da data (inaudível problemas de áudio), e talvez vocês se recordem que a segunda chamada estava com a data de setembro, que impossibilitava e por isso conseguimos adiamento de mais 2 meses para 30 de novembro, beneficiando a todos, mas creditamos em função de todas as justificativas, com as gestões que realizamos nesses últimos meses. Também a deliberação 225, do dia 22 de julho, alterando parcialmente o item 2.3.2 do MPO sobre os investimentos no esgotamento sanitário, inclusive vou pedir para o Valburg (FABHAT) para colocar na tela, e já há algum tempo buscávamos alteração do MPO para tipificar melhor os investimentos em esgotamento sanitário e também negociamos e também foi objeto da nossa negociação, já há algum tempo, até então havia restrição para implantação de redes coletoras e ligações para áreas com a população acima de 1000 habitantes, com isso diversos

empreendimentos principalmente na área de mananciais, ainda bastante carentes com o esgotamento, impossibilitados de receber recursos, isso beneficia não apenas o nosso comitê como outros que tem áreas conurbadas e com população de baixa renda, e não receberam investimento nesses sistemas (áudio falho) aliando investimentos de infraestrutura como saneamento permitindo melhor aplicação dos recursos, justamente parece as comunidades que mais precisam, com reflexos importantíssimos na melhoria da qualidade da água e não só os mananciais tipificados pelas nossas leis de proteção aos mananciais como APM ou APRMs, como os mananciais que são utilizados para a captação de água de outros municípios, por exemplo, na Baixada santista, que permite em contribuintes das importantes fontes de abastecimento de água, antes estavam limitados, então foi extremamente relevante essa alteração

flexibilizando de forma positiva à aplicação dos recursos, trazendo melhorias na qualidade de água em nossas captações (leitura da Deliberação) permitindo para comunidades de baixa renda situadas em áreas de mananciais, em regiões metropolitanas em aglomerações urbanas, podemos caracterizar como a região da macrometropole, como Campinas, Jundiaí, Piracicaba, Vale do Paraíba, Sorocaba, Baixada santista, para mais de 30.000.000 de pessoas. Também aplicação de redes coletoras e coletores troncos com financiamento reembolsável, não havia antes, e também não reembolsável como, por exemplo, no nosso caso SEMAE de Mogi das Cruzes que não seja para a população de baixa renda, pode ser para os maiores desde que oferecido a contrapartida, sempre com os esgotos coletados para ETE em operação ou em fase de implantação. Enormes benefícios que podemos

creditar na diretoria do comitê, amparada pela FABHAT, em período mais recente.

O ofício Encaminhado para Secretaria executiva também do COFEHIDRO solicitando um parecer jurídico associado na pasta da SIMA, sobre o artigo terceiro das disposições transitórias da Lei 12183. Valburg (FABHAT), obrigado por mostrar a deliberação. Até para esclarecer a questão levantada em outras reuniões plenárias sobre obrigação do comitê atender o artigo terceiro da Lei, qual aplicação de pelo menos metade dos recursos de investimentos da arrecadação da cobrança pelos recursos hídricos, para as áreas de mananciais. Na dúvida se deve ser aplicado a cada ano, com o mínimo da metade, ou ao final dos 10 anos. e está na fase de encaminhamento para o comitê e divulgaremos para todos, que trará repercussão para definição de aplicação de recursos a segunda chamada e provavelmente para 2021. Era isso, já me alonguei bastante.

Esclarecendo, a pergunta da Luciana Travassos UFABC, no Chat, quem está fazendo o parecer. Pela Consultoria jurídica da SIMA.

Luiz Fernando Carneseca- Secretário Executivo do Comitê – DAEE/SIMA-Bom dia todos, espero que todos estejam bem.

Comunico, pelo setor de expedientes, de praxe, recebidos e encaminhados pela Secretaria executiva, temos quase 6 meses entre a última reunião, uma quantidade grande de expedientes, não há necessidade nenhuma de divulgar e como de praxe estão disponíveis na internet na página do comitê a disposição de todos para a consulta eventual necessidade de esclarecimento junto à Secretaria. Dando destaque para alguns, resultado de reuniões anteriores como em fevereiro mesmo, encaminhamos indicação de interlocutor do comitê ao programa Procomitês, e também para o IG indicando representante no comitê, em virtude das vagas da reestruturação das

Secretarias de estado, oficialmente indicada a representante Doutora Luciana Martins Rodrigues Ferreira e como suplente Cláudia Luciana. Outro, recebemos documentos do Ministério público solicitando para Secretaria executiva informações sobre a aplicação dos recursos, estamos trabalhando na resposta até aguardando a reunião de hoje sobre a indicação hoje de nossos empreendimentos tendo em vista que eles têm interesse de saber nossos problemas e percalços quando fazemos as indicações e em breve estaremos enviando a resposta. O Amauri já comentou o que recebemos ofício da prefeitura de Mogi das Cruzes com a descompatibilização do prefeito com parecer jurídico da FABHAT sobre como proceder e o Amauri está exercendo interinamente a presidência do comitê. Também ofício ao comitê gestor do parque Itaberaba com a indicação do representante do comitê. E também o Amauri já comentou está disponível os

ofícios encaminhados ao COFEHIDRO. Da Prorrogação de prazos na segunda chamada e também a proposta sobre esgotamento sanitário e a consulta ao CJ sobre a aplicação dos recursos em área de mananciais, as deliberações do conselho em cima disso estão disponíveis também.

Temos 27 documentos registrados neste período que continuam à disposição na página da internet do comitê.

Presidente - Lembro para todos, principalmente os representantes de suas entidades no plenário, manifestando sua presença no Chat.

Hélio C. Suleiman – Presidente da FABHAT – Bom dia a todos e a todas. Presidente, em junho de 2019 foi instituído pelo município de São Paulo a Comissão de segurança hídrica coordenada pela Secretaria municipal de desenvolvimento urbano, Coordenada pelo Dr. Marco Palermo, em maio de

2020 foi sancionada a lei 17104 com a política municipal de segurança hídrica e a gestão das águas do município, buscando garantir e integrar as diversas políticas públicas para segurança hídrica e em Junho 2020 recebemos convite para participar de uma reunião, quando foi apresentado o estudo pela UFABC sobre COVID-19 na rede de esgoto e solicitamos assento do comitê, uma vez que a comissão está constituída de 6 representantes do poder público municipal de São Paulo e 3 da sociedade civil. Tivemos 8 solicitações, de 8 pessoas, na realidade 7 entidades, sendo 4 estaduais e 3 sociedade civil, na reunião de diretoria ficou acordado que seria interessante a representação do comitê pela sociedade civil, uma vez que o estado e as secretarias municipais estariam representados, não dentro do Decreto, mas representadas, encaminhamos para as 3 entidades, 4 pessoas,

sendo representado nas reuniões que sempre ocorrem nas quartas-feiras,

Cristiane Cortez titular pela Fecomércio-SP e Vanessa SISCOON como suplente.

Agradeço principalmente a intervenção Pedro Algodal, como facilitador.

Presidente- Agradeço. (microfone falhando) Esse são importantes fóruns de discussão muito ligados aos objetivos e preocupações desse comitê para a melhor gestão de recursos hídricos na principal cidade do país. Obrigado também ao Pedro junto à PMSP.

Agora as Deliberações, são 9.

Deliberação CBH-AT No. 94 de 9/04/2020.

Foi necessária para meus ajustar nos momentos de prazos nas condições adotadas de restrição de circulação isolamento social em função da

pandemia COVID-19, simplesmente adiando o prazo da anterior para apresentação dos projetos, alteramos para 8 de maio. Os que concordam com a aprovação permaneçam como estão. Os contrários, por favor, se manifestem. Abstenções. Aprovada por unanimidade.

Larissa- Não houve nenhuma manifestação.

Item 4.2

Deliberação CBH-AT No 95.

Temos todos considerando sobre as medidas sobre a contenção e proteção sanitária adotada no período 03 de junho, houve decretos estaduais depois, praticamente impedem a continuidade de reuniões presenciais, não temos liberação nesse sentido e fizemos essa deliberação Ad referendum, com base inclusive na CRH na mesma linha, estabelecendo esses procedimentos para a realização das reuniões não presenciais pela plataforma digital como estamos realizando hoje.

E que já tem sido praticado à exaustão nas reuniões de Câmaras técnicas do comitê.

Os que concordam com a aprovação permaneçam como estão. Os contrários, por favor, se manifestem. Abstenções. Aprovada por unanimidade.

Larissa- FABHAT - Não houve nenhuma manifestação Amauri.

Item 4. Deliberação 96 de 28 de julho.

Aprova o parecer técnico sobre EIA/RIMA do empreendimento “Licenciamento prévio para ampliação de extração de calcário – Votorantim Cimentos SA, no município de Cajamar”

Ricardo de Aguiar Quadros - CIESP – Alto Tietê- Bom dia a todos. (microfone com áudio baixo) Trata do parecer técnico sobre EIA/RIMA do empreendimento “Licenciamento prévio para ampliação de extração de calcário – Votorantim Cimentos SA, no município de Cajamar”. Na

primeira página o encaminhamento o Ofício CETESB nº 340/2019/IE, recebido em 21/11/2019, solicitou análise e manifestação do CBH-AT sobre o EIA/RIMA do empreendimento. A CTPA criou o Grupo de Trabalho Consultas Ambientais – GTCA para atender à demanda, o qual elaborou Parecer Técnico, que contextualiza e analisa o empreendimento, apresentando recomendações para a continuidade do empreendimento aguardando reunião plenária para deliberação. Depois na introdução resumo do tema, encaminhamento e na Análise tratamos do tipo do empreendimento. O empreendimento a ser licenciado é um projeto de ampliação das atividades de extração e beneficiamento de calcário para produção de agregados e calcário agrícola na Unidade Cajamar da VOTORANTIM CIMENTOS S.A. O EIA foi elaborado em conformidade com a Resolução CONAMA 01/1986 e termo de referência emitido pela CETESB,

apresentado em 17 de outubro de 2018 foi revisado e reapresentado em 04 de novembro de 2019. Os detalhes do empreendimento em questão são apresentados a seguir: A VOTORANTIM pretende licenciar a ampliação da área da mineração de calcário para produção de agregados para uso na construção civil e de corretivo agrícola para abastecimento do mercado da agroindústria paulista. Com ampliação de 33,71ha da área de lavra, a VOTORANTIM poderá continuar operando por mais 58 anos no local, em função disso a cava atingirá 89ha. Importante: Rebaixamento do piso da cava: da cota atual de 670m até a cota de 600 metros. Volume de extração: 47.211.000m³ ou 116.853.000 t de calcário. Volume de estéril: 15.608.000 m³ ou 27.346.000 t de estéril. Ampliação da escala de produção de calcário: 980.000t/ano para 1.990.000t/ano. Ampliação de atividades ao ar livre: 60,23 h. e esse quadro mostra a localização

do empreendimento e na pg. seguinte a área de influência do empreendimento, a influência indireta do empreendimento, em amarelo a direta e em vermelho a área central área diretamente afetada, são 360000 m de área licenciada.

Em relação aos recursos hídricos local do empreendimento, o EIA/RIMA destacou os seguintes pontos: Bacia hidrográfica do Alto Tietê (UGRHI 06); Subbacia denominada Juqueri-Cantareira, que tem como principal contribuinte fluvial o rio Juqueri; Rede hidrográfica local: encontra-se no divisor de águas entre o Ribeirão dos Cristais e Ribeirão das Lavras. As fotos dos ribeirões. Monitoramento em drenagens a jusante e a montante do empreendimento em 7 pontos em 2 campanhas sazonais no ano de 2016. Análises físicas, químicas e bacteriológicas tendo como padrão os parâmetros das Resoluções CONAMA 357/05 e Decreto 8468/1976 para águas de Classe II. Os pontos e em seguida.

Presidente- Algumas pessoas estão dizendo que o documento não está compartilhado, pelo Chat.

Ricardo-É pela FABHAT. Na pg. 6 o Ribeirão das Lavras, apresentou concentrações de nitrogênio total, nitrogênio amoniacal, e fósforo total acima dos limites estabelecidos pela legislação, tanto no ponto A1, a montante da Unidade Cajamar, quanto no ponto A2, a jusante. Elevadas concentrações de DBO, coliformes fecais e totais, comprovam o lançamento de esgotos “in natura” possivelmente provenientes da comunidade do entorno oeste, diretamente no corpo hídrico; recebe esgoto in natura.

O ribeirão das Lavras recebe efluentes sanitários sem nenhum tipo de tratamento de toda a comunidade do entorno oeste do empreendimento, pois não é atendida por rede pública coletora de esgotos. Vale ressaltar que a Unidade Cajamar conta com diversas fossas sépticas devidamente instaladas em toda sua

área de atividade e não efetua qualquer lançamento de efluentes sanitários nas drenagens naturais. Os Ribeirões que circundam a Unidade Cajamar sofrem constante degradação de suas águas por lançamento de esgotos sem tratamentos, provenientes das comunidades vizinhas e não haverá alteração nos resultados dos parâmetros monitorados da qualidade das águas.

Depois o plano de gestão ambiental e o principal programa do Plano de Gestão Ambiental do empreendimento, no que se refere aos recursos hídricos da região, é o Programa de Rebaixamento do Lençol Freático, a princípio, o rebaixamento está restrito às direções leste e oeste, tendo em vista que nas direções norte e sul as lentes de calcário são limitadas por filitos. O estudo conclui que o rebaixamento do lençol freático fora da propriedade da VOTORANTIM pode ser evitado com uma cortina de injeção de calda de cimento, formando uma barreira capaz

de reduzir as vazões de infiltração, bem como o rebaixamento da superfície freática nas áreas de solo. A cortina de barramento consistirá de injeção de calda de cimento a ser executada em torno da cava nas áreas de aluvião e solo residual. Preliminarmente é proposta a execução de furos com 2" de diâmetro, espaçados a cada 6 m, com a possibilidade de execução de furos intermediários para redução do espaçamento para 3 m, caso necessário, e a realização da injeção pelo método de manchete. Estimada a necessidade de perfuração de até 100 furos com profundidade 40 m por furo, totalizando 4.000 m. A partir da estimativa de 0,5 m³ de injeção por furo e de que metade da perfuração seja em solo, não injetável, estima-se o consumo de 1.000 m³ de calda de injeção. Antes da implantação da cortina de injeção deverão ser realizadas sondagens a percussão e rotativas, com execução de ensaios de perda d'água para avaliação da

permeabilidade, ao longo das áreas de ocorrência dos horizontes de solo junto aos limites da cava para perfeita avaliação dos parâmetros necessários da cortina de injeção de calda de cimento, como diâmetro das perfurações, espaçamento e especificação da mistura a ser injetada. Está prevista a realização de monitoramento hidrogeológico.

O EIA RIMA apresenta as seguintes conclusões: A ampliação da Unidade Cajamar está prevista apenas na Zona de Mineração – ZMI; o empreendimento já conta com infraestrutura implantada; a mão de obra atual, retomando a contratação dos 60 funcionários e ampliando para 90 funcionários diretos; para a gestão, mitigação e compensação dos impactos previstos, foi proposto um Plano de Gestão Ambiental, cujas medidas propostas deverão ser adotadas pela VOTORANTIM CIMENTOS S.A., caso aprovada a ampliação pretendida.

Das Recomendações, a. Que sejam apresentados à CETESB quando da solicitação da Licença de Instalação, os seguintes documentos: i. O detalhamento dos planos e programas ambientais relacionados no EIA/RIMA; ii. O detalhamento do Programa de Rebaixamento do Lençol Freático, demonstrando que não haverá impacto significativo na disponibilidade e na qualidade dos recursos hídricos da região, localizando de modo georreferenciado, na área de influência do empreendimento, as captações subterrâneas e superficiais de água para consumo humano, cadastradas junto à Vigilância Sanitária Municipal de Cajamar no SISAGUA e com status de ativados, e explicitar os riscos de diminuição de vazão e outros pelo empreendimento; iii. Que sejam adotadas medidas compensatórias em drenagem urbana na área do empreendimento para compensar o escoamento superficial resultante da impermeabilização, de modo a não ampliar

escoamento de águas superficiais para a bacia do rio Juqueri; iv. O Programa de Monitoramento da Qualidade e Quantidade das Águas Superficiais e Subterrâneas na região sob sua influência e com o transporte de seus sedimentos; v. O Programa de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos da Construção Civil para o período de obras, com ênfase para a proteção dos corpos d'água. b. Que as compensações ambientais decorrentes do processo de licenciamento sejam destinadas à aplicação nas unidades de conservação e/ou áreas que demandam restauração ecológica preferencialmente situadas na sub-região do Juqueri-Cantareira; c. Visto que o uso racional da água, mediante eficiente programa de gestão da demanda, deve ser atividade permanente promovida pelos colegiados do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, principalmente após a recente crise hídrica na

Bacia do Alto Tietê, e à luz da Deliberação CBH-AT nº 17/2014, e das Normas ABNT NBR 15.527/2019, NBR 16.782/2019 e NBR 16.783/2019 e as que vierem ser substituídas ou complementadas; sugerimos que o empreendimento seja dotado, considerando a viabilidade técnica e econômica, de instalações, equipamentos e procedimentos adequados ao uso racional da água, ao reuso de água e ao aproveitamento das águas de chuvas para usos não potáveis, reduzindo-se a demanda sobre o sistema de abastecimento; d. Que sejam utilizados, à medida do possível, pavimentos permeáveis nas áreas de circulação de veículos e de pedestres; 9 e. Que durante a implantação seja adotado e praticado um Plano de Prevenção e Controle das emissões de materiais particulados provenientes dos processos erosivos e do transporte de sedimentos.

Marcos Egydio - Grupo Itahyê (Convidado) - Prezados
Amauri P., Ricardo Q., Larissa e demais

participantes, bom dia a todos! Ref item 4.4 da pauta, por parte do Grupo Itahyê/Empreendimentos Itahyê Ltda, estamos por aqui: Marcos Egydio (diretor geral) e os consultores envolvidos no projeto urbanístico e no licenciamento ambiental, equipe da CPEA (Sallum e Julia S.) e Beatriz Codas/Geasanevita, ok? Grato!

Amauri Pollachi - Prezado Marcos Egydio, agradecemos a sua presença e da sua equipe. Normalmente em Plenário não é concedida a palavra ao empreendedor.

José Luis – IPT - Bom dia a todos. Peço desculpas se perdi alguma parte. É fundamental no processo de ampliação do empreendimento em Cajamar pela zona que está e vizinho temos acidentes muito graves de rebaixamento do solo pela extração das águas subterrâneas game em outras ocorrências pela intervenção no solo. Pergunto, onde está a modelagem hidrogeológica. Foi feita e analisada por órgão competente? Não basta

somente monitoramento de águas subterrâneas integrando com a região vizinha em outras áreas. E quais os resultados, a calibração, monitoramento por quanto tempo, validação do modelo, etc.

Gérson Salviano – IPT – Boa tarde a todos e a todas. Não dá para detalhar, pergunta se vão fazer o monitoramento do transporte dos sedimentos, porque coloca carreamento para as drenagens existentes, contempla no EIA? Sabendo que hoje o grande problema é o assoreamento. Também a oportunidade da criação da Câmara técnica de águas subterrâneas para olhar com mais cuidado esse tipo de empreendimento.

Luciana Travassos - UFABC - Bom dia a todas as pessoas.
Tem que colocar as ações, depois queria passar para a Adriana, posso?

Presidente – Pode.

Luciana - Primeiro agradecer ao Ricardo por ter colocado o item 3 pelas medidas compensatórias, conforme

a plenária passada. Primeiro, no começo do item 3, Considerandos fala do Grupo de trabalho, da Câmara técnica, mas subcomitês não foram empossados então subcomitê Juqueri não foi consultado, então para tirar do texto. Na segunda sugestão incluir nas compensações ambientais o tratamento dos efluentes sanitários dos rios, se tem análise da compensação ambiental, mas seja destinada também não só nas áreas de unidades de conservação, mas também para o sistema de saneamento nessas opções que estão contribuindo para essa questão sanitária para o rio.

Adriana Maria Madeira- AEAE - Associação Ecológica Amigos do Embu - Bom dia a todos. Concordo com a questão hidrogeológica, é muito importante (falhas no áudio tornando incompreensível). A questão, talvez jurídica, uma dúvida, uma coisa básica do licenciamento, da empresa que elaborou o licenciamento,

PROMINER, realizando o EIA rima e também outros da empresa Votorantim, mas também ela dá consultoria ambiental na área, e pergunto se não consiste conflito de interesse, qual é o parecer do comitê, ela pode elaborar esse EIA rima?

Ricardo – Esclarecendo os primeiros temas para não perder a sequência da análise. em relação ao estudo hidrogeológico não foi objeto de discussão dos grupos, se restringiu na análise hídrica do rebaixamento do lençol, conforme capítulo das recomendações, havendo recomendação do comitê poderia incluir, como adicional. Foi citado o subcomitê temos adotado essa praxe, apesar de termos ciência que o Subcomitê não foi ainda empossado, porém nas reuniões tanto do GT consulta ambientais, quanto CTPA, as entidades componentes dos subcomitês afetados são convidadas, dessa forma então garantimos a manifestação e a presença dos representantes do subcomitês, ainda que não tenham sido

formalmente empossados. Sobre a destinação da compensação ambiental para mitigação dos efluentes domésticos, entendo que é boa ideia pode ser apreciado para entrar como recomendação.

Cristiane Cortez - FECOMERCIO – SP - Tenho uma dúvida. No texto está "filitos" e na leitura do Ricardo, foi dito "filtros". Qual o correto?

Ricardo - Filitos.

Therys - Prominer - Tenho sugestão de duas correções ortográficas. Na pág 1 "EIA/RIMA" está duplicado. Na pág 2 está escrito "Santana de Cajamar"

Presidente- Com relação a observação da Adriana, quero dizer que não cabe a esse comitê avaliar a questão do conflito de interesses da empresa que presta consultoria em determinada área na realização do EIA rima. Vem para a nossa consideração e análise pela provocação de ofício da CETESB como órgão de licenciamento

ambiental, não cabe eventualmente a esse órgão avaliar se tem conflito de interesses em algum momento. Como prática pelo que tenho de conhecimento na área, as empresas de consultoria também realizam o Eia Rima e a meu ver não existe conflito de uma empresa de engenharia realizar também Eia rima com análise ambiental desde que tenha os técnicos com qualificações necessárias para análise ambiental.

Ricardo - Os ajustes propostos estão sendo feitos pela Secretaria da FABHAT?

Presidente - Isso, na hora de encaminhar a deliberação vou sugerir introdução pedindo até para as pessoas que sugeriram, para ficar mais fácil, via Chat todos ficam cientes e já colocamos para deliberação. Peço para o Valburg trabalhando na projeção para copiar os trechos e colocar na parte final da deliberação sobre as recomendações da plenária.

Murilo Valle – PM de Santo André - Bom dia a todos. Pondero sobre a questão da modelagem, com minha formação semelhante do José Luiz, com especialização da área, porque o fluxo é muito diferente e a modelagem tem que ser diferente, ainda mais com filito, com modelo multivariado, é muito importante para uma região como essa, e eu não tive a oportunidade de ver todo o EIA, pelo volume, esperamos que tenha sido feito pelos grupos (áudio com falha). Algumas outras questões também são frágeis, e como é a questão da injeção das caldas nesta profundidade versus a interferência da tecnologia, não só do rebaixamento como elevações em algumas regiões, e como o aquífero tem diferenciação do ponto de vista do fluxo, velocidade muito maior, por exemplo, pode ter complicações que o modelo matemático ajuda a explicar. Também temos questões relacionadas das variáveis sanitárias o potencial rebaixamento. Então, precisa

estar muito bem explicado com o modelo adequado para a região, porque também nessa região não tem o rebaixamento tradicional, esse tipo de aquífero tem outra dinâmica para a circulação, não forma cone, para termos mais garantias, porque tive experiência em pouco tempo atrás da injeção de concreto que não deu certo, inclusive em barragens, a emenda fica pior que o soneto, o modelo precisa ser feito por especialistas entendendo também desse tipo de hidrogeologia na região, que é diferente. Mediante o que o José Luiz escrever eu complemento.

Cláudia - Bom dia a todos. Gostaria na verdade de reforçar, embora esteja apresentado no Anexo 9 do documento sobre o estudo hidrogeológico, frente toda e qualquer atividade, no caso extração de calcário, no município de Cajamar como muito bem apontado pelo José Luiz, uma região historicamente e não somente para a

questão da qualidade das águas subterrâneas, mas como circulam porque teremos atividades de extração, na mineração, precisamos estar atentos a essas ferramentas com resultados antes que as atividades iniciem. Quanto a questão do esgotamento sanitário é super importante também com problema sério da qualidade das águas superficiais e subterrâneas que precisam ser levantados com todos os cuidados sobre essa atividade.

Gérson - Aproveitando os 3 especialistas nas águas subterrâneas, motivo a mais para criarmos a Câmara técnica das águas subterrâneas, sem esquecer como foi colocado pelo Murilo as características da região e o que ocorreu já em 1986 na área urbana de Cajamar, e dos cuidados com essa questão das águas subterrâneas.

E se puder colocar nas recomendações item 4 sobre o programa de monitoramento da

qualidade e eu colocaria da qualidade e da quantidade

Ricardo - também poderíamos incluir no item 4 os efeitos no transporte dos sedimentos ficando completo monitorando. Sobre a colocação da Luciana dos subcomitês temos adotado como prática a citação dos subcomitês ainda que não empossados, valendo para qualquer parecer técnico que venhamos a deliberar, seria interessante fechar posição sobre o assunto.

Jose Luiz Albuquerque Filho – IPT - Coloquei por escrito.

Proposta do IPT: Incluir as seguintes recomendações: "1 - Desenvolvimento de modelagem conceitual da natureza dos estratos subterrâneos, da arquitetura das camadas geológicas, das estruturas, das interconexões entre as camadas e dos fluxos subterrâneos; 2 - Desenvolvimento e aplicação de modelo hidrogeológico computacional de fluxos

subterrâneos e de qualidade das águas subterrâneas específico para aquíferos cársticos; e 3- Avaliação dos riscos decorrentes no uso e ocupação do solo nas áreas de entorno com base nos resultados da modelagem hidrogeológica.

Presidente -. Vai colocar lá no final.

Murilo Valle - Desenvolvimento de modelagem matemática que considere as especificidades dos aquíferos cársticos, com referência às variáveis de rebaixamento, anisotropia e heterogeneidade, frente às intervenções físicas decorrentes da ampliação, com consequente avaliação de viabilidade. Minha indicação, baseada em minha fala.

Claudia Varnier - Concordo com as recomendações propostas pelo José Luiz.

Presidente – Sobre a citação do Subcomitê, de fato temos uma enorme falha nessa gestão, dos Subcomitês, de fato temos enorme falha nessa gestão, de

certa forma temos que fazer esse mea culpa, de não termos dado andamento às atividades do subcomitê. No momento que estávamos programando as reuniões de posse dos subcomitês tivemos a interdição da pandemia com as medidas de ausência de reuniões, mas isso não é justificativa para agora de fato empreender essa retomada das atividades dos Subcomitês da forma como estão previstos hoje dentro do nosso estatuto para solicitar então à Secretaria executiva do comitê para termos compromisso de realizarmos reuniões não presenciais, para darmos posse e início das atividades dos 5 subcomitês, mesmo que em alguns deles existam vagas em aberto, com representantes ainda a serem indicados, enfim, nós temos que dar início às atividades desses Subcomitês na forma que se encontram, sem prejuízo do que instituímos. E temos um grupo criado para isso, queria sugerir uma remodelação, e ele foi instituído justamente

para repensar os subcomitês dentro da estrutura do comitê do alto Tietê, e esse grupo ainda não apresentou suas propostas à diretoria, mas não dá mais para esperar que isso aconteça. Vamos fazer com que os subcomitês sejam de fato instalados, no mais breve prazo possível, tentaremos nessas 2 ou 3 semanas, realizar a instalação de todos eles com a maior brevidade.

Miriam Duailibi - Instituto ECOAR - Concordo totalmente com o Amauri. Estimular o funcionamento dos subcomitês é fundamental! Devemos, a meu ver, instalar os sub e depois ir aos poucos regularizando o funcionamento.

Jumara M. Bocatto-P.M de Embu Guaçu - Concordo com a retirada da concordância do Subcomitê. Não foram consultados de fato.

Luciana – Concordo plenamente com a necessidade de e dar posse, entendo que é muito diferente de chamar os atores locais, que chamar os membros

do comitê colocar em uma Deliberação, e dizer que os Subcomitês foram consultados, se nem empossados foram. Acho que tirar a palavra subcomitê não muda a Deliberação mas a torna mais correta, eu por exemplo, como membro do Subcomitê Alto Tietê Cabeceiras, caso aparecesse um licenciamento ambiental dizendo que o Subcomitê foi consultado nós diríamos que não, não foi consultado. É uma questão jurídica mesmo, se não existe o Subcomitê, ele não está empossado, Não pode ser consultado.

Presidente – Bem, ele não foi formalmente instalado, mas os representantes foram indicados, convidamos os representantes para participação, e não estamos caminhando de nenhuma forma fora do regramento. Alguém está com o microfone aberto, por favor. Além das recomendações expostas, temos alguns acréscimos colocados, a redação depois a Secretaria executiva e o próprio Ricardo ajustam na formatação que temos, o

importante é o conteúdo. Da Luciana: Que as compensações ambientais decorrentes do processo de licenciamento sejam destinadas à aplicação nas Unidades de Conservação e/ou áreas que demandam restauração ecológica preferencialmente situadas na subregião do Juqueri-Cantareira, bem como na estruturação do sistema de esgotamento sanitário das áreas urbanas da bacia do Juqueri Cantareira. E, há ainda um registro, sugiro também retirar Subcomitê. Do Gerson, recomendo o monitoramento de transporte de sedimentos na área do empreendimento para as bacias que foram citadas. Já foi incluída no programa de monitoramento da qualidade-quantidade das águas. Do Fabio Ishisaki verificar o efeito cumulativo da ampliação com as atividades em andamento. Creio que está trabalhado no EIA Rima e não sei se cabe recomendação.

Ricardo - De fato está, e no caso da análise levamos em consideração o efeito total do empreendimento, tanto presente, quanto futuro, então contempla o efeito cumulativo no impacto dos corpos hídricos da região e no lençol freático. E do rebaixamento do lençol freático também, tanto que acaba vai ser no mesmo local só vai ser aprofundada, agora, existem outros efeitos cumulativos como na malha viária, na qualidade do ar, não foram objeto de análise do grupo de trabalho, porque não estão relacionadas com atribuições do Comitê.

Presidente. Depois existem recomendações do José Luiz IPT "1 - Desenvolvimento de modelagem conceitual da natureza dos estratos subterrâneos e o Murillo colocou sugestão de melhoria desse texto.

José Luís-. Perfeito ele detalha é muito mais do que propôs, podemos compatibilizar tranquilamente, Mas é fundamental colocar isso.

Presidente -. No item 1 adotamos a proposta então do Murilo, no 2 - Desenvolvimento e aplicação de modelo hidrogeológico computacional de fluxos subterrâneos e de qualidade das águas subterrâneas específico para aquíferos cársticos; e 3- Avaliação dos riscos decorrentes no uso e ocupação do solo nas áreas de entorno com base nos resultados da modelagem hidrogeológica.

A observação do Fábio poderia ser removida e a do Gerson também já está no que foi feito anteriormente. A modificação da Luciana, a que já foi feita no programa de monitoramento da qualidade-qualidade das águas, e a proposta do IPTU e Murilo somadas em conteúdo. Sugestão da Luciana também de retirar menção ao subcomitê. Submetendo à votação somente os titulares, pela contagem da Secretaria executiva agora 36 titulares presentes, ou representantes, para que se manifestem.

Nesse momento temos 98 participantes na reunião, um número grande que não caberia nos auditórios que costumamos fazer as reuniões. Muito boa a presença de todos.

Então, em votação, o texto da Deliberação 96, com os acréscimos colocados. Vou colocar em destaque a questão do subcomitê, porque não diz respeito especificamente ao empreendimento é uma questão interna do Comitê. Valburg, se puder colocar no final essa sugestão do subcomitê. Então a proposta da Luciana de compensação ambiental, do IPT e do Murilo, somadas. As 3 formuladas que aparecem na tela em vermelho. Em discussão a deliberação com as inclusões das recomendações destacadas em tela. Os que concordam com a deliberação e os acréscimos, por favor, permaneçam como estão. Os que se manifestam contrários, por favor, levantem a mão ou se manifestem no chat. Abstenções.

Larissa – Jumara e Miguel abstenções.

Presidente - Nenhuma manifestação contra, aprovado por 34 presentes e 2 abstenções.

Agora votando a retirada de qualquer menção ao Subcomitê nesta Deliberação, embora tenhamos uma Deliberação deste Comitê que sacramentou esse rito colocando a obrigação de consultar os subcomitês onde se localiza o empreendimento em análise, e está colocado inclusive no corpo das configurações dessa deliberação em análise.

Ana Sedlacek – FABHAT/Secretaria Executiva CBHAT - O Subcomitê consultado nesta deliberação foi o Subcomitê regional, que é o Juqueri Cantareira. Só para esclarecer.

Cristiane Cortez- Bom dia a todos. Um esclarecimento, subcomitê ainda não tomou posse, não existe configurado o subcomitê, porém as pessoas já foram designadas e convidadas para participar dessas discussões, nas reuniões da Câmara técnica fez para discutir o parecer?

Presidente – Exatamente, todos representantes foram convidados para participar.

Cristiane - Essa reunião ocorreu no período de pandemia ou anterior?

Ricardo - Essa reunião foi anterior, foi um pouco antes da pandemia inclusive, de lá para cá não tivemos mais.

Cristiane - E não houve manifestação nenhuma? Nada. Foram convidados e não apareceu.

Ricardo-. Não, diversos membros apareceram, não tenho o registro das presenças, nessas reuniões particularmente com a presença grande. Foram convidados sim.

Cristiane - Só para entender o contexto, porque como foi colocado pelo Amauri isso faz parte, subcomitê participar é um pré-requisito vamos dizer assim, não é? Para elaboração do parecer.

Presidente - Exatamente, pré-requisito. Abrir Em votação o destaque. Os que acreditam que deve ser retirado a qualquer menção ao Subcomitê por favor manifestem-se. A pergunta é, os que discordam da retirada, porque é alteração de texto, aqueles que acreditam que deve ser mantida a Deliberação na forma em que está com relação ao Subcomitê e o convite feito aos membros integrantes do subcomitê, embora não empossados, ou seja, manter o texto da deliberação com o texto que agora acabamos de aprovar, fiquem como estão. Os que discordam se manifestem. E os que se abstém.

Larissa – 5 votos discordando, Murilo pediu declaração de voto. As pessoas ainda estão enviando.

8 votos contra. 1 abstenção.

Presidente - Contra a manutenção da menção do Subcomitê. Com 36 presentes, fica mantida a citação ao Subcomitê no texto da Deliberação.

Larissa – 9 votos contra e 2 abstenções.

Murilo - Minha declaração de voto é porque o subcomitê ainda não foi constituído, de fato, então não existe no ponto de vista dos membros, tudo mais, não está validado, então não tem como validar uma consulta sobre algo que não está constituído ainda. Escrevi no chat.

Francisca Adalgiza – Bom dia a todos. Pela contagem dos votos temos 4 abstenções e não só 2, ou 3. O Miguel, Jumara, Marcelo e Roberto, abstenção, e acho que 10 não concordaram, estou acompanhando o chat.

Ana - Secretaria executiva – Francisca, Jumara e Miguel votaram contra, não abstenção.

Larissa - Vou contar novamente.

Presidente - Por favor fazer menção dos votos.

Larissa – (recontagem 9 Discordo e 2 abstenções.

(não se identificou)- O Fábio é da OAB, não vota, só voz.

Presidente-. Precisamos alterar isso no nosso estatuto, então 8 e 2 abstenções.

Atenção contagem correta dos votos é para retirada do subcomitê então 8 e 2 abstenções.

Maria Emília Botelho – CETESB – Bom dia. Não é sobre o assunto, é uma coisa mais informal. Antes dar sequência, uma pequena relaxada, para desejar muitas felicidades para Larissa, que está fazendo aniversário.

Larissa – Obrigada. Não estava esperando por isso, feliz. Obrigada gente.

Presidente - Obrigado pela lembrança Maria Emília.

(falas informais)

Item 4.4 Deliberação CBH-AT nº 97 de 28 de julho de 2020

Aprova o parecer técnico sobre EIA/RIMA do Plano Urbanístico Fazenda Itahyê localizado nos municípios de Santana de Parnaíba e São Paulo.

Ricardo - Sobre EIA/RIMA do Plano Urbanístico Fazenda Itahyê localizado nos municípios de Santana de Parnaíba e São Paulo. O Ofício CETESB nº 299/2019/IE, recebido em 08/10/2019, solicitou análise e manifestação do CBH-AT sobre o EIA/RIMA do empreendimento, a apresentação técnica do EIA/RIMA por representantes do empreendedor, em reunião conjunta do GTCA e indicados dos Subcomitês Pinheiros Pirapora (SCBH-PP) e Juqueri Cantareira – SCBH-JC, realizada em 05.11.2019 e em seguida reunião conjunta da CTPA, com GTCA, SCBH-PP e SCBH-JC, realizada em 17.02.2020. Reunião novamente conjunta da CTPA, com GTCA e SCBH-JC, realizada em 04.03.2020, onde o parecer técnico foi aprovado. Na pg. 2 é um projeto urbanístico projetado para uma área de 1.354 ha localizada 82,7 % em Santana de Parnaíba e 17,3% em São Paulo. O projeto prevê implantação em 7 fases, ao longo de 38 anos e com ocupação plena prevista

para 50 anos. Prazo longo. Encontra na fase do licenciamento ambiental na CETESB e ainda não foi realizada audiência pública. Na localização do empreendimento podem ver que é uma área extensa, e foi elaborado com base nos principais conceitos: a partir dos Estudos Ambientais iniciados em 2013, o EPVA - Estudo Prévio de Viabilidade Ambiental onde foram definidas as diretrizes ambientais para o desenvolvimento do projeto; projeto foi desenvolvido com a metodologia Charrette | Design do Novo Urbanismo e com participação de escritórios de urbanismo de renome internacional, destacando a adoção do conceito de núcleos urbanos compactos para o atendimento às principais necessidades dos moradores como morar, trabalhar, consumir, descansar e lazer, sem a necessidade de grandes deslocamentos; soluções de projeto para integração socioespacial com empreendimentos de diferentes perfis socioeconômicos. As principais

diretrizes ambientais do empreendimento são a preservação integral das APP's nascentes, cursos d'água e declividade; priorizar a preservação das florestas nativas em ZEPAM | Zona Especial de Proteção Ambiental do Plano Diretor do município de São Paulo; manutenção da conexão direta com a Reserva Biológica de Tamboré de modo a garantir a formação de corredores para suporte da vida silvestre; realização de estudos de conectividade e adoção de medidas para a manutenção das funções de corredor ecológico entre os fragmentos de vegetação nativa e priorizar a compensação florestal no interior da propriedade. Esse quadro apresenta as diferenças zonas e esse outro a distribuição prevista de áreas do empreendimento (leitura), do total do empreendimento 33,95% serão de áreas efetivamente loteadas aproximadamente 4.600000 m². O plano urbanístico desse projeto prevê uma intensa integração com as áreas verdes existentes

na região, conforme apresentados no desenho no EIA-riema. Os principais aspectos positivos desse empreendimento, levantados no EIA/RIMA foram os seguintes: presença de núcleos urbanos compactos, onde se é possível morar, trabalhar, consumir, descansar e divertir-se, atendendo as principais necessidades dos moradores e usuários do local, sem a necessidade de grandes deslocamentos no dia a dia; compensação ambiental prevista de 900 ha; proteção de 38 km de cursos d'água, 69 nascentes e 6 corpos d'água, 100 % da população com acesso ao sistema de abastecimento de água e tratamento de esgotos. O diagnóstico ambiental do empreendimento contemplou com as figuras a seguir apresentam as áreas de influência do empreendimento e as sub-regiões hidrográficas.

Em relação aos recursos hídricos, os aspectos relevantes levantados durante o EIA/RIMA: Da qualidade das águas: parâmetros em

concentrações superiores às condições e padrões de qualidade CONAMA com carga orgânica presente nos corpos hídricos da área de estudo processos antrópicos; oxigênio dissolvido em baixas concentrações na água em alguns pontos; presença de coliformes fecal em alguns pontos; índice de atendimento de coleta de esgoto sanitário em Santana de Parnaíba aproximadamente 30% e o empreendimento prevê 100% de coleta e tratamento. Dos corredores ecológicos, conforme apresentado nos diagnósticos de flora, fauna terrestre e biota aquática a área da Fazenda Itahyê, atualmente, encontra-se coberta por vegetação predominantemente nativa e bem conservada, com uma elevada diversidade de espécies de todos os grupos. Por essa razão foram considerados significativos os impactos previstos com a implantação do empreendimento. Por outro lado, a implantação ocorrerá em fases, ao

longo de 38 anos, o que minimiza os efeitos da perda de cobertura vegetal sobre as comunidades de flora e fauna, permitindo um afastamento e repovoamento gradual de áreas adjacentes. Além disso, a averbação de áreas verdes e compensação florestal quando devidas deverão ser implantadas em cada fase, garantindo a preservação e/ou restauração de áreas gradualmente. O Programa de Manutenção e Incremento de Conectividade foi proposto no EIA com o objetivo de promover a conectividade entre os fragmentos florestais nativos remanescentes na área, através da análise integrada de dados gerados pelos outros programas. As atividades relacionadas a esse Programa foram descritas no EIA de maneira expedita, sendo que o mesmo deverá ser detalhado na fase de solicitação de LI, atualmente o empreendimento está na fase LP. Paralelamente, o Programa de Compensação

Florestal, será necessário para preservar, potencializar e/ou criar áreas que funcionam como corredores ecológicos.

Da gestão de áreas verdes, O Plano Urbanístico da Fazenda Itahyê foi seguido dos levantamentos e estudos previstos no plano de trabalho do EIA, que foi concluído e teve o seu relatório protocolado na CETESB em julho de 2019. O total de florestas preservadas e áreas recuperadas no projeto urbanístico final ficou em torno de 8.8 MM m² e, agora, os empreendedores estão montando um Grupo de Trabalho supõe que está em andamento para avaliar as melhores formas de endereçar as oportunidades, riscos e os desafios de preservação de uma área tão grande. Os benefícios gerados aos moradores e visitantes – tais como opções de lazer e instrução, à saúde em geral, com ar mais limpo, paisagens agradáveis, caminhadas, corridas, educação ambiental, etc; a oportunidade de conservação da natureza –

biodiversidade, espécies de fauna e flora, processos ecológicos, dentro de uma das maiores metrópoles da América Latina; percepção dos moradores da região, tanto sobre os benefícios e riscos dessas reservas, como também em termos de expectativas do que fazer para a conservação dessa vegetação nativa; as potenciais sinergias fruto da união de esforços com outros proprietários de matas da região, especificamente entre os gestores da Reserva Biológica Tamboré e os da Fazenda Itahyê; as principais ameaças e riscos existentes; as estimativas de recursos necessários para a vigilância e manutenção dessas florestas; e as oportunidades de geração de receitas, pelos meios mais variados; estratégias para a melhor interação entre a sociedade local, as reservas e a natureza como um todo, dentro do contexto de urbanização da região, da Fazenda Itahyê e do seu entorno; estratégias de levantamento de recursos para proteção e gestão das matas de

Itahyê. Gestão da água de chuva, a manutenção do ciclo hidrológico original, mesmo após a ocupação urbana. escoamento das águas pluviais superficialmente, próximo ao local de origem, passando por jardins. A drenagem superficial o conceito de drenagem do empreendimento está apresentado no EIA.

Das águas e esgotos o abastecimento de água, todo o recurso será fornecido pela SABESP que declarou viabilidade de atendimento através de interligação de futura adutora que declarou viabilidade de atendimento através das cartas acima referenciadas, devendo ser utilizadas as seguintes estações: As Fases de 01 a 04 serão atendidas na futura ETE Polvilho; Fases de 05 a 07 serão atendidas pela futura ETE Fazendinha. Os quadros a seguir sobre as demandas da água, acho que não seria Necessário entrar em detalhes porque a SABESP está garantido todo o fornecimento e abrir as vazões de abastecimento

ponto. Planos e programas ambientais em relação aos impactos previstos nos recursos hídricos, o EIA/RIMA identificou os principais: Alteração do escoamento superficial; Indução ou intensificação de processos erosivos; Assoreamento de cursos d'água; Diminuição da disponibilidade hídrica subterrânea; Alterações na qualidade das águas superficiais. Para a mitigação desses impactos o empreendedor propõe: Sistema de drenagem com estruturas de dissipação, detenção e infiltração das águas pluviais (canaletas verdes, jardins de chuva); Programa de Controle Ambiental das Obras; Subprograma de Prevenção e Controle de Processos de Dinâmica Superficial; Subprograma de Recomposição das Áreas Afetadas; Manutenção de áreas verdes; Programa de Monitoramento da Biota Aquática; Programa de Educação e Conscientização Ambiental dos Trabalhadores, Funcionários e Moradores. Recomendações, considerando os pontos

destacados neste Parecer e o EIA/RIMA do empreendimento em questão, o Grupo de Trabalho Consultas Ambientais, a Câmara Técnica de Planejamento e Articulação e os Subcomitês, apresentam as seguintes recomendações para o prosseguimento do processo de licenciamento ambiental do empreendimento:

1. Que sejam apresentados à CETESB quando da solicitação da Licença de Instalação, os seguintes documentos:

O detalhamento dos planos e programas ambientais relacionados no EIA/RIMA;

O Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais na região sob sua influência;

O Programa de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos da Construção Civil para o período de obras, com ênfase para a proteção dos corpos d'água;

2. Que as compensações ambientais decorrentes do processo de licenciamento sejam destinadas às unidades de conservação ou áreas que demandam restauração ecológica, preferencialmente situadas nas sub-regiões Pinheiros-Pirapora e Juqueri-Cantareira;
3. O que colocamos como padrão sobre uso racional da água.
4. Que sejam utilizados, à medida do possível, pavimentos permeáveis nas áreas de circulação de veículos e de pedestres;
5. Que durante a implantação seja adotado e praticado um Plano de Prevenção e Controle dos Processos Erosivos e transporte dos sedimentos resultantes desses processos;
6. Que sejam adotadas medidas compensatórias em drenagem urbana na área do empreendimento para compensar o escoamento superficial resultante da

impermeabilização, de modo a não ampliar escoamento de águas superficiais para as bacias à jusante do empreendimento, em todas as suas etapas. Para que a licença de operação em cada etapa somente seja emitida com a comprovação do cumprimento das solicitações.

Luciana Travassos - Ricardo, por favor, esclarece para nós como ficou o debate das "áreas remanescentes".

Presidente-. Lembro até que participei da reunião, acho que foi na apresentação final, e início deste ano, realmente com a discussão dessas áreas.

José Luiz - Não sei se o pessoal sabe da geografia, mas Santana do Parnaíba é conurbado, tem uma parte pelo menos com Cajamar e também tem aqueles problemas, independentemente disso em termos de ações não tem nada, ou seja, recomendo necessidade de estudo hidrogeológico, fala-se de nascentes, e quem vai

garantir os fluxos subterrâneos dos cursos d'água, e também com problemas de extração de água subterrânea em Santana, com água mineral, bastante significativa, e não sei como Vai Ficar em relação a esse empreendimento, então avaliação hidrogeológica completa da área, nascentes são importantes com a hidrogeologia, e importante para esse caso eu não vi nada aí sobre mitigação.

Luciana- Vou ser bem rápida, de novo concordo plenamente, quando coloquei essa questão no primeiro momento não sabia que era obrigação de consultar o subcomitê, então, acho que temos uma questão bastante séria, independente de termos aprovado essas deliberações de licenciamento no ano passado, precisamos discutir isso no comitê para resolver de uma vez por todas, e mesmo porque, também é vontade do vice-presidente que os Subcomitês possam tomar posse e ficou bastante preocupada com essa questão especialmente sabendo que a obrigatoriedade.

Também queria que o Ricardo falasse de novo sobre as áreas remanescentes porque acho que não aconteceu e talvez seja o caso de colocar dentro das recomendações que essas áreas remanescentes são áreas florestadas etc, que fosse conduzido para uma Unidade de conservação, especialmente RPPN de responsabilidade do loteamento.

Presidente – Temos texto do IPT [Recomendações IPT por José Luiz: 1 - Desenvolver estudo hidrogeológico na área do empreendimento e seu entorno imediato para avaliar possíveis impactos nas nascentes e descarga de base dos cursos d'água ali existentes, assim como das futuras interações entre o uso e ocupação do solo e as águas subterrâneas; e 2 - Estabelecimento de medidas preventivas e mitigadoras dos eventuais impactos previstos.]

O 2 na verdade é continuidade.

José Luiz – Isso mesmo.

Presidente – É uma só.

Cristiane Cortez - Se também não cabe no parecer a recomendação do uso da água como padronizamos em todos, não é o empreendedor que construir as casas e os edifícios, cabe observação para que ele divulgue para as pessoas que vão comprar, construir e, daquelas práticas de gestão da água.

Presidente - Sim importante, temos colocado, item 3.3 está colocado, uso racional da água.

Cristiane - Já está, pode seguir.

Ricardo- Das áreas remanescentes, foi objeto de complementação posterior do empreendedor e está resumida na página 8 no capítulo da gestão das áreas verdes, com 8,8 milhões de metros quadrados e que, nessa fase o empreendedor tem um grupo de trabalho montado com o objetivo de

endereçar as melhores oportunidades riscos e desafios da gestão de uma área dessa magnitude.

Presidente - Dessa etapa é isso. Eu participei, também houve essa discussão, a discussão de qual unidade seria, se seria um parque, unidade pública do município ou do Estado, mas isso será objeto de discussão com participação dos municípios mas é majoritariamente em Santana de Parnaíba com uma parte também em São Paulo e do Estado, porque realmente temos preocupação de quem vai cuidar dessa área com quase 9 mil hectares como área de preservação.

Ricardo-Complementando lembrando que o empreendimento está em LP, o que é o momento para discutir a forma da gestão dessas áreas abrindo discussão com a sociedade e aprovando junto com o órgão licenciador CETESB.

Presidente-Uma sugestão de alteração, com o que a Luciana está propondo, para o comitê ser

envolvido nesse grupo de trabalho, com no mínimo um representante do comitê para discutir a melhor forma de encaminhamento para essa área remanescente. Como recomendação e sugestão adicional.

Poderia entrar logo depois da recomendação do IPT, e claro que terá que ser averbada na matrícula, mas vamos observar a melhor forma. Que tipo de unidade de conservação será.

Roberto Teruo Ohmori - Secretaria de Agricultura e Abastecimento - Não consegui ler todo o material, bati o olho, no projeto existe a proposta de supressão da vegetação?

Luciana - Pelo que me lembro sobre as áreas remanescentes, essa gleba total que acha que eram 16 milhões de metros quadrados, o que seria feito também teria como justificativa o fato de haver área remanescente, na porcentagem,

entendo então que precisamos considerar a área remanescente com a área do projeto e portanto indicar algum destino para área e por isso fiz a sugestão, não dá para falar que vamos discutir depois da área remanescente, não, ela deve permanecer florestada e que é justificativa do empreendedor para fazer modificações nas áreas onde ele está propondo modificações.

Ricardo-Esse foi um dos principais pontos discutidos na reunião. E de fato em um assunto em andamento pelo empreendedor, qual será a melhor forma de gestão e aproveitamento dessas áreas, e quando foi sugerido para um membro do comitê participar da discussão, seria uma opção bastante interessante para podermos discutir junto com empreendedor a forma de gestão e aproveitamento dessas áreas. De fato, no empreendimento vai haver alguma supressão de vegetação na área de lotes, é isso é claro que ele lá porque tem parte de vegetação nativa a parte

precisa ser suprimido, como no quadro da página 5, como objeto de manejo.

Presidente - Dando continuidade, Luciana solicitando a recomendação que faço, como o empreendimento ainda não tem clareza, e ele tem ainda um longo prazo, para destinação da sua área remanescente com qual unidade de conservação seria a mais adequada, inclusive um parque municipal pode se tornar uma área de preservação municipal e a discussão disso com o município ou estado, como não está definido deixamos nesse momento nesse estágio que o empreendimento se encontra, a recomendação de participação nossa com um representante para trazer inclusive essa discussão para um GT consulta ambientais e na plenária no momento adequado, se for possível substituir a sua sugestão pela recomendação que estou propondo.

Ricardo - Em última análise, o resultado desse grupo de trabalho e a forma de gestão das áreas de

preservação, ainda vai ser submetida para aprovação da CETESB e depois ela costuma nos informar sobre o andamento das recomendações oriundas do comitê, então nossa participação no desenvolvimento desse processo está garantida.

Presidente - A Luciana não retirou a recomendação vamos submeter ao plenário.

Maria Emília - Acho que agora você vai colocar para deliberarmos a partir daí, queria fazer solicitação, para agilizarmos um pouco mais as discussões, porque ainda faltam assuntos muito importantes e já é meio-dia, muita coisa que está sendo colocada como do subcomitê já foi no anterior e uma série de coisas superválidas, mas acho que deveríamos ser mais ágeis dentro das possibilidades, para conseguirmos discutir também os próximos pontos dentro do nosso limite de horário de trabalho e porque todos temos outros compromissos.

Presidente- Certo, isso é um aprendizado que estamos tendo aqui vamos aprimorar isso. Submetendo para aprovação do plenário a deliberação como foi apresentada pelo Ricardo como foi encaminhado para todos, com acréscimo proposto pelo José Luiz IPT para o desenvolvimento do estudo hidrogeológico como está na tela de vocês, posteriormente fazendo aprovação do destaque, com duas propostas mais adiante. primeiramente aprovação da deliberação, os que concordam permaneçam como estão, os que discordam por favor levantem sua mão ou se manifestam pelo chat. Os que se abstém.

Larissa - Tivemos três abstenções, nenhum voto contrário.

Presidente- A deliberação está aprovada com a recomendação adicional.

Presidente - Valburg colocar em destaque minha sugestão, por favor, deixando no mesmo parágrafo para ficar mais claro, a proposta pela Luciana e que eu fiz, sobre as áreas

remanescentes, e depois precisaria acrescentar discutir a destinação das áreas remanescentes como área de preservação permanente.

Ricardo - Entendo que em uma alternativa da Luciana, porque a dela já define a forma da gestão e a sua recomenda para participarmos das discussões sobre a melhor forma então teria que escolher uma das duas. Presidente - exatamente, proposta de encaminhamento, colocando como número um, tirando sugestão 2.8, e a proposta 2

Larissa - A Luciana colocou que acha que são complementares e Murilo pediu palavra antes da votação.

Murilo - Acho que na proposta número 2 estava escrito em complemento.

Presidente - não é complemento é a participação de um membro, sim são distintas.

Murilo - Minha sugestão é que poderíamos, assim, sou favorável por uma, mas também acho a outra

interessante, e é ruim colocar antagonicamente, porque a dois não anula a um necessariamente do jeito que está escrito aqui.

Presidente - No meu entendimento a proposta 1 já fica claramente indicado a recomendação do comitê dessa forma, por exemplo na averbação em matrícula ... (microfone falhando)... enfim é a forma como será feita, claro que temos que defender que uma área como essa ele lá com extensão tão importante, com uma quantidade de nascentes tão relevantes claro que tem que ser preservado o máximo possível, na proposta de deixar mais aberta talvez possa ser unificada retirando a questão de que área remanescente, como sugestão, e se alguém tiver outra, por favor fique à vontade e, que a área remanescente seja transformada...

Ricardo - Sugestão que poderia iniciar com o item 2, com representante de comitê no grupo de trabalho para essas áreas com a sugestão de que seja

transformada APP ou unidade de conservação, fazendo link da segunda com a primeira.

Luciana – Aceitando a sugestão pode até tirar, que seja transformada em área de preservação permanente, mas que seja garantido o máximo da conservação ambiental.

Presidente - De forma a garantir o máximo possível de conservação.

Ricardo - Acho que contempla todos.

Presidente - Com essa redação, aprovação do texto colocado agora, os que entendem como favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem, e as abstenções. coloque no chat por favor.

Larissa- 2 abstenções.

Presidente - Então aprovada deliberação com essa recomendação adicional.

Por favor, Dartan registre 2 abstenções.

Item 4.5

Luciana Travassos- Essa deliberação se refere algumas discussões que aconteceram no grupo de trabalho dos mananciais especialmente relativo aos procedimentos de análise do material das prefeituras, o que motivou, podemos ir para o final, onde colocamos os procedimentos mas queremos deixar mais claro quais eram os passos de apresentação da documentação dos planos diretores para o subcomitê e também deixar bastante Claro qual era a função da secretaria de meio ambiente e do próprio GT mananciais e da CTPA, bem como da plenária, com a ideia de fazer com que o procedimento sempre seja seguido na proposição. Acho que não precisamos apresentar porque todos receberam, na ideia de ter um protocolo de apresentação e para o encaminhamento dos procedimentos dentro do Comitê. Para podermos ter nas instâncias os

insumos suficientes análise das compatibilizações e do parecer técnico da CPLA.

Presidente - Agradeço, aberta a discussão.

Laura Stela – SIMA - Bom dia, boa tarde agora a todos.

São duas as dúvidas ou colocações, no artigo 4º no parágrafo primeiro, está na tela, (leitura), não entendi se você recebe o parecer do órgão técnico e devolve para eles? Como está colocado aqui.

Presidente – Não é CPLA é CTA.

Laura- Parágrafo 3º, a Câmara técnica não aprova nenhum parecer, nenhum documento, no caso ele é pautado para discussão, posso até propor o texto para subsidiar a minuta da deliberação para encaminhar para o plenário conforme está no parágrafo quarto, deixei claro?

Presidente - Em discussão a minuta da deliberação.

O parecer é do Grupo de trabalho, encaminhará para câmara, e para subsidiar a minuta da deliberação, sim. (Mic. falhando)

Que será encaminhada para plenária.

Com as observações de ajuste da Laura, submeto, não havendo mais nenhuma participação, certo Larissa. vamos deixar em vermelho para ajustar o texto mantendo o rito normalmente utilizado. Laura sugeriu, podemos copiar e colar, e acho que está bem colocado.

Colocando em votação a deliberação com a sugestão de alteração no parágrafo terceiro do artigo 4º colocado pela Laura, então os que concordam com o texto na forma como está apresentado no material de vocês permaneçam como estão. Os que se manifestam contrários, por favor, se manifestam pelo chat. Os que se abstém.

Larissa-Não houve manifestações.



Presidente - A deliberação foi aprovada por unanimidade com alteração do parágrafo terceiro do artigo 4º

Deliberação 99.

Daniel Teixeira de Lima-Secretário de Meio Ambiente- P.M de Mogi das Cruzes-Questão de ordem, já são mais de meio-dia e ainda temos quatro deliberações queria sugerir como encaminhamento, estamos perdendo muito tempo na leitura das deliberações que já foram encaminhadas, proponho somente para citar a deliberação citando somente propostas de inclusão ou de alteração para agilizar, se não sairemos às 3 horas da tarde.

Presidente – Recebido. A partir de agora vamos fazer as deliberações mais rapidamente como a Luciana fez agora em síntese e assim vamos tentar cumprir a pauta com a maior brevidade possível.

Essa deliberação que trata da revogação da deliberação 92.

Beatriz V. – FABHAT- Boa tarde. Com relação ao Papi a deliberação estabeleceu que deveriam aprovar

até 31 de dezembro de 2019 que realizamos no fim do ano passado diversas reuniões com a CT e o GT no fim do ano passado onde foi amplamente discutido resultando na deliberação que foi aprovada pelo comitê em dezembro 2019, no início desse ano na nossa primeira plenária realizamos alguns ajustes aprovando a deliberação aprovando novamente pela deliberação 92 e no primeiro semestre desse ano a CRHi comunicou a secretaria-executiva do comitê sobre a necessidade de ajustes em especial as metas que não estavam quantificadas e da área de abrangência aqui na bacia das ações estava para toda a bacia, a questão das áreas críticas no plano de bacias que não estava conforme solicitação deles como a maioria dos Comitês no Estado estão seguindo.

Realizamos duas reuniões da CTPA do GT, FABHAT, CRHi, culminando na deliberação 99 revogando a deliberação anterior, aprovando os planos para o

quadriênio 2020-2023; providenciando o envio para as instâncias superiores e também foi encaminhada aos representantes com as alterações realizadas na versão anterior e regressão em vermelho, não é necessário entrar em detalhes por que foi divulgado anteriormente, e se tiverem dúvidas estou à disposição.

Presidente-Bem, aberta a palavra.

Laura- Alguém está com microfone aberto dando interferência, por favor, fechem o microfone.

Presidente-Ok, não há nenhuma manifestação, gostaria de colocar em votação, nada. Em votação o ajuste do PAPI os que concordam permaneçam como estão, os que discordam se manifestem no chat e os que se abstem.

Larissa-(inaudível)

Presidente - Deliberação aprovada por unanimidade pelos presentes.

Deliberação nº 100 solicito para os que estão com microfone aberto, por favor, desliguem o microfone porque está causando dificuldades para o entendimento.

Foi um trabalho importante e bastante exaustivo por parte da FABHAT e integrante das Câmaras técnicas, colocando a análise e seleção dos empreendimentos em outro patamar o nosso comitê.

Camila Arantes- Coordenadora da câmara técnica de gestão e investimentos e CTGI- Vou dividir a apresentação com a Beatriz da FABHAT porque realmente foi um trabalho conjunto envolvendo também as outras Câmaras.

Beatriz-Vou apresentar o processo de análise, recebemos em 2020 49 projetos até dia 8 de maio, 4 não foram habilitados pela secretaria-executiva, devido análise de documentação e 2 tomadores não complementaram e 2 sim, então 47 projetos

seguiram para análise. Basicamente nessa análise foram divididas as propostas aos analistas da FABHAT e das Câmaras técnicas, com no mínimo dois membros, (microfone falhando) tivemos a participação de representantes do estado com 24% também somamos as quantidades de horas de análise nas membros das Câmaras técnicas, uma média de 6 horas por projetos e 4 pessoas sendo que alguns analistas analisaram de dois a quatro projetos e pessoas analisaram também 14 projetos, sendo que apesar de ter muitas pessoas apenas 22% participaram ativamente na análise o que acabou sobrecarregando alguns analistas. No panorama geral, 49 recebidos do total R\$ 139 milhões de reais, (falha de áudio) 1 tomador não complementou, 7 não habilitados após as complementações, 29 projetos habilitados, 20 projetos não nas áreas de mananciais totalizando 63 milhões. Todo esse trabalho realizado no último ano, intensificado em 2020, o gráfico indica os

projetos indicados pelo comitê nos últimos 10 anos, e os que foram assinados, junto ao banco do Brasil, a distância entre indicar e assinar tem diminuído nos últimos anos, reflexo dos trabalhos realizados pelas Câmaras técnicas para o projeto chegar melhor e mais correto junto ao Agente técnico, na porcentagem de 85% e esperamos ter aumento significativo.

Antes de passar a palavra vou passar um vídeo que fizemos em relação aos recursos

(exibição de vídeo disponível pela FABHAT será disponibilizado para os representantes).

Agradecendo o nome da FABHAT todos os representantes das Câmaras técnicas, foi um trabalho exaustivo em nome da Camila como coordenadora agradecer a toda equipe já foi feito excelente trabalho em equipe. Obrigada.

Camila-Obrigada. Vou dar continuidade como o resultado da hierarquização e as indicações.

O vídeo foi desenvolvido pelo Murilo com um dos membros da Câmara, ele tem capacidade de síntese enorme, o vídeo estará disponível com certeza as pessoas para entenderem o processo. Também agradeço todos que atuaram ativamente como analistas realmente foi muito trabalho nos últimos dois meses, com duas reuniões/semana, e quando não tinha reunião os analistas conversavam entre si,

Reforçando para vocês que a análise foi técnica respeitando todo o regulamento existente, e nos perguntaram, será que houve momentos de excesso? Não, garanto para vocês que não. Sempre que havia novidades consultamos o processo, quando havia dúvidas eram esclarecidas e levamos para as reuniões, se competia ou não nossa análise, então fizemos a análise técnica com um processo transparente

tratando todos os tomadores de maneira igualitária.

Temos aproximadamente R\$ 135.000 milhões em recursos pela cobrança do uso da água, 4.4 milhões da compensação financeira como Amauri já colocou no início da reunião. A indicação foi feita levando em consideração o Artigo 3º das disposições transitórias da lei 12183, temos que indicar, mínimo 50% para as áreas de mananciais dos recursos, reforçando mais uma vez, é um assunto bastante discutido, e temos discutido isso também dentro das câmaras, a importância do colegiado que trata de recursos hídricos valorizando o que a legislação pede, e se nós o colegiado responsável pelo planejamento não conseguimos fazer isso como vamos conseguir convencer a sociedade que isso é importante. Foram 49 empreendimentos recebidos, dos 47 analisados 29 habilitados trazendo hoje essa proposta de indicação que vocês conseguem

enxergar pela pontuação, não está na deliberação, vou passar para vocês a pontuação, com os dois anexos da deliberação 100, que foi estruturado a partir dessa pontuação esse o empreendimento trazia ou não os benefícios (leitura da hierarquização dos empreendimentos aprovados) não vou ficar lendo todos porque vocês têm na minuta. Lembrando que o fato do projeto estar habilitado não significa que vai ser indicado, todo regramento precisa ser cumprido, precisamos atender o artigo legal do artigo terceiro da lei. Agora, temos novas indicações com benefícios para APM/APRM 24.8 milhões com 14 indicações, só considerando os recursos da cobrança retirando aqueles 4.4 milhões e a proposta é para indicar, acho que o número está errado depois corrigimos, os recursos da cobrança. Indicando 23 empreendimentos no total de 49.7 milhões 135.7 milhões de recursos da cobrança, 85.9 milhões de saldo remanescente. Foram

indicados 4.3 milhões daqueles 4.4 milhões dos remanescentes dos 110, não conseguiremos indicar mais nada com esse recurso, em síntese é isso dos 24 empreendimentos indicados 9 com benefícios e 14 sem benefícios, com recurso da cobrança 1 da compensação com saldo para segunda chamada de 86.1 milhões.

A Beatriz vai falar sobre essa figura.

Beatriz - Aqui temos a localização dos empreendimentos indicados, localidade fizemos um mapa com as áreas de mananciais na bacia do Alto Tietê, indicando os tipos de intervenções, obras, separando também por tipo de projetos, relacionado a estudos e planos, 3 de obras ou intervenções 3 projetos de capacitação, e outro solicitando execução de projetos básicos ou executivos. Os municípios abrangidos 23 municípios com projetos específicos, atendendo outros dois projetos de capacitação, na bacia do Alto Tietê,

projetos também da modernização da sala de situação, e separamos por subbacias. É isso.

Camila-Agradeço mais uma vez todos que se dedicaram imensamente, foi um trabalho bastante árduo.

Presidente-Aberta a palavra para manifestações. agradecendo imensamente o trabalho de todos que de alguma maneira participaram desse processo, acompanhei de longe, não participei diretamente, mas fui testemunha da enorme dedicação de dezenas de pessoas nesse processo exaustivo de análise e hierarquização dos empreendimentos, a FABHAT esteve envolvida praticamente de forma integral, só a Shirlei e a Tânia acabaram participando de alguma maneira, o restante todo esteve envolvido, as Câmaras técnicas com a coordenação da Camila no trabalho de participação integral nas 14 reuniões, Beatriz e todos os coordenadores que acompanhar em todos os momentos. Sabia que seria apresentado um vídeo, mas não sabia que

seria tão bacana, tão bom que o Murilo fez na elaboração e agradecemos enormemente como coroamento de todo esse enorme esforço.

Luiz Fernando Carneseca – DAEE- Secretário executivo CBHAT- Bom, agora boa tarde para todos, já disse bom dia de manhã. Olha, não dá para eu fazer minha manifestação sem realmente antes cumprimentar todo o pessoal envolvido nesse trabalho, que diria até estafante, que os técnicos todos, os colaboradores, na sua maioria enquanto trabalho voluntário no Comitê desenvolveram ao longo desses meses, com todas as dificuldades que tivemos por conta da quarentena da pandemia o resultado é extremamente significativo e oportuno, até pela forma como foi desenvolvido, agora acho que temos uma ferramenta para análise dos empreendimentos utilizada permitindo maior objetividade até na concepção dos objetivos de estabelecer a priorização hierarquização das propostas e

também da qualidade dos projetos indicados. Por outro lado entendo que seria extremamente oportuno disponibilizar esse vídeo para todos os outros comitês porque realmente é uma surpresa que marcou algo enorme na nossa reunião. Foi muito bom e o Comitê do Alto Tietê está de parabéns, suas nas suas Câmaras técnicas, e podemos ter uma contribuição significativa para o entendimento do processo de análise dos empreendimentos no comitê e a indicação dos empreendimentos.

O que tem na realidade é uma proposta de emenda que gostaria de apresentar (qualidade ruim do áudio) até por conta da evolução dos trabalhos e dos acontecimentos ao longo da última semana, após o encaminhamento do material para os membros do comitê semana retrasada, o próprio presidente em exercício já comentou, dos entendimentos e suas consequências com a SECOFEHIDRO no sentido de

termos aprovados as duas deliberações Ad referendum que trazem uma abertura para uma segunda chamada de forma mais tranquila, menos trabalhosa e mais focada. Além disso o presidente também comentou da consulta que está sendo feita em relação sobre 50% em área de proteção de mananciais e acima de tudo, acho que, entendo, e nessa proposta que pensamos e trabalhamos, de certa maneira, e muito claramente, busca até aproveitar o resultado de todo esse trabalho que as Câmaras técnicas desenvolveram. Tomei a liberdade de encaminhar preliminarmente para a fundação o texto com minhas propostas de emendas e peço para disponibilizar para podermos conversar em cima das observações do que estamos fazendo com relação a deliberação. Basicamente pretendemos, o anexo é o original, não é? Eu fiz as observações, as emendas em cima do próprio texto da deliberação para ficar mais claro para

todos, a deliberação original todos tem, então o que vamos apresentar são as propostas de alteração que estamos fazendo na deliberação.

(ajuste da equipe de técnicos para exibição em tela da deliberação)

Bom, uma questão básica, nos Considerandos, na leitura que fizemos durante esses dias sentimos falta de um com referência ao recurso disponível para investimento nesse ano e estamos propondo a inclusão fazendo referência inclusive à deliberação CBH 91 de fevereiro, com a disponibilidade dos 135 milhões para o exercício de 2020, e outro que propomos é da referência.

Presidente - Só uma questão, está na tela a sua proposta de alteração.

Secretário executivo - Estou me adiantando para podermos ganhar tempo, com dois outros Considerandos.

Camila - Só para esclarecer, o que está sendo agora, entendi, é uma proposta de inserção, tá. (repetição dos Considerandos e problemas na conexão)

Presidente - Vou colocar como está exposto, estava propondo esse texto na tela de vocês, dos Considerandos, o 19 e 20 as deliberações que disse no começo da reunião prorrogando o prazo para 30 de novembro, que na verdade modifica o manual do FEHIDRO para ampliar o fornecimento de financiamento na rede de esgotos, e promover as alterações Ad referendum.

Daniel Teixeira de Lima-Secretário de Meio Ambiente- P.M de Mogi das Cruzes-Somente para dar encaminhamento das propostas do Luis Fernando, como ele saiu, e foi uma conversa que estamos tratando com os municípios juntamente com alguns membros do Estado, então quero tornar como nossa também a proposta, como Luiz Fernando não está na sala e era uma proposta

que ele estava encaminhando quero então assumir. Tão logo o Luiz Fernando volte, assume a pauta, tudo bem?

Presidente - Estou dando continuidade a exposição dele. Então ele acrescentou essas três considerações que atualiza um pouco nossas informações, seguindo adiante.

Camila-Só não sei se coloco agora ou espero o Luiz Fernando.

Maria Emília- Pela ordem, tem que aguardar o Luís Fernando, gente, está errado.

Daniel - Não, estou tomando, Maria Emília, como minha a proposta dando a sequência, e o Luiz Fernando voltando, voltamos. É um texto em um consenso que nós escrevemos com, acho que todos nós escrevemos então estamos colocando em discussão e assim o Luiz Fernando voltar, assume, então já que está na tela as propostas dos 3 considerando, ou seja 14, 19 e 20, e o artigo

terceiro. (sobreposição de falas dificultando apanhamento taquigráfico)

Secretário Executivo- Minha internet caiu no meio da minha fala.

- Aumente a tela, por favor, não está dando para ler.

Camila- Posso fazer uma pergunta rápida, ele vai apresentar tudo e depois fazemos as considerações?

Presidente - Sim, por favor, Camila a palavra está com Luiz Fernando nesse momento.

Secretário-Então a proposta que estamos trazendo é de inclusão de anexo terceiro onde estamos propondo a indicação daqueles empreendimentos que foram hierarquizados, habilitados 5 empreendimentos, de 25 a 29 na tabela, de maneira a aproveitá-los função de todo o trabalho de análise que foi feito nessa indicação, nessa hierarquização e colocando então como condição como condicionante de

que aplicação desses recursos indicados ficam condicionados ao parágrafo primeiro e do parágrafo segundo, condicionados ao atendimento da lei que estabelece os recursos para cobrança. No parágrafo primeiro vinculado diretamente aquele dispositivo, ou seja, na segunda chamada que vamos discutir na próxima deliberação os empreendimentos aprovados tem um valor dos empreendimentos habilitados, indicados, do mesmo valor ou maior, comparado com esse 5 que já estão analisados, habilitados e ranqueadas, e no parágrafo segundo caso o valor total dos empreendimentos indicados na segunda chamada não atinjam esse valor total dos cinco procede aquele próprio ranqueamento que já foi feito na análise atual. Com isso entendemos que temos então, com relação aquilo que vamos trabalhar na segunda chamada, com prazo estendido até 30 de novembro, temos abertura para parte de esgotamento que nos permite

apresentação de empreendimentos nesse setor que pode realmente trazer muitos benefícios na área de proteção aos mananciais, e uma das coisas dele lá que assim entendemos interessante nessa proposta que estamos fazendo, que podemos, se o plenário julgar conveniente, que a segunda chamada possa se restringir e seja específica para empreendimentos, com benefícios às áreas de proteção aos mananciais. Só gostaria de fazer uma complementação, em cima disso que está sendo proposto, em uma leitura que se faz da lei, da cobrança, o que define o percentual, ela deixa, digamos assim, claro, ela não fala na indicação de 50% e sim da aplicação de 50% dos recursos da cobrança e só poderemos considerar que os recursos estarão aplicados a partir do momento que temos a concepção do contrato FEHIDRO, enquanto não tiver isso não temos a aplicação dos recursos, nós estamos, como juntamos a primeira e a segunda chamada,

na realidade, estamos fazendo uma única indicação ao longo do ano, então é nesse sentido que também colocamos, que entenderíamos, digamos, desprezar o trabalho que foi feito pelas Câmaras técnicas na habilitação desses empreendimentos que aí estão, devemos sim aproveitá-los e por isso então essa nossa proposta, digamos, a incorporação do anexo terceiro, que, por favor, pode mostrar o anexo.

Larissa - Camila, já apareceu compartilhado na tela Camila?

Camila - Esse não apareceu, mas pode ser a minha conexão.

Ana- Não está vendo todos não estão vendo?

Presidente - Estamos vendo, só falta o anexo citado.

Secretário-Issos, cinco empreendimentos, um deles beneficia a prefeitura de Carapicuíba, o outro a prefeitura de Mogi das Cruzes, o outro o rio Juqueri em Franco da Rocha, a região de Franco da

Rocha, o seguinte também a região de Franco da Rocha e finalmente um que beneficia a prefeitura de Ferraz de Vasconcelos, totalizando R\$ 37 milhões e temos disponíveis pelos recursos da cobrança R\$ 85.900 milhões, com saldo remanescente para segunda chamada de R\$ 48.900, que como disse podemos concentrar, se for decidido pelo plenário, exclusivamente para área de proteção aos mananciais. Basicamente é essa a proposta.

Presidente - Pela ordem das inscrições, registrando Camila, Luciana, Daniel e Murilo.

Camila- Vou direto aos pontos, nos Considerandos 9.1 não está escrito o valor, mas está no item 7 e queria entender qual o vínculo das deliberações 224 e 225 que foram propostos para que fossem colocados, não entendi qual o vínculo dessas deliberações com a primeira chamada, a primeira chamada é fundamentada na deliberação 93, não entendi qual a necessidade de colocar essas

duas deliberações propostas. Sobre a última fala da questão de aproveitar os projetos, acho que esse é um anseio, isso chegou a ser discutido também nas câmaras, e houve um esforço muito grande despendido para que esses projetos fossem avaliados, as Câmaras discutiram muito esse assunto, e assim, acho que foi bastante representativa a discussão, eram reuniões conjuntas com as quatro Câmaras, tivemos falas do estado, dos municípios, da sociedade civil, os três segmentos estavam representados, nas decisões que foram tomadas nas Câmaras técnicas, e assim, embora temos anseio de aproveitar um trabalho que já foi feito, eu considero que essa proposta coloca ai em risco a idoneidade do nosso processo, existe uma regra na 93 e agora estamos tentando mudar a regra, se entendi bem é isso, colocando o anexo terceiro, e pela 93 não poderíamos fazer. Por isso queria uma resposta sobre o vínculo das deliberações 224 e

225 com a primeira chamada, para mim isso era a segunda chamada, não para relacionar com a primeira, se tiver uma resposta, por favor.

Luciana - Na verdade iria falar boa parte do que a Camila já falou, me parece que em uma deliberação não dá para amarrar um próximo edital, o próximo edital deverá tratar, e mais do que isso não entendi muito bem qual é a relação porque no final das contas esses projetos foram os piores pontuados ainda que estejam habilitados, e vamos garantir para projetos mal pontuados já estejam pontuados para o próximo edital sendo que podemos receber projetos muito melhores no próximo edital inclusive para as mesmas áreas em que esses projetos foram, enfim, habilitados porém não bem pontuados, e entendo que esses projetos que passaram por essa avaliação foram habilitados, mas não foram indicados, é plenamente possível que sejam reapresentados e reanalisados, obviamente essa análise vai demorar

menos tempo, porque já foi feita, então se eles quiserem melhorar suas propostas é melhor para o comitê que eles melhorem as suas propostas dando entrada de novo, ao invés de fazer uma relação entre o que vai ser aprovado na próxima chamada especialmente aprovar só em mananciais, tendo como compromisso financiar esses projetos que na verdade não foram bem pontuados. Então entendo que a segunda chamada deve repetir a primeira chamada e os projetos fora das áreas de proteção aos mananciais, se quiserem financiamento que sejam representados pelos proponentes.

Daniel-Bom, entendo o posicionamento das Câmaras técnicas, mas já me posicionei algumas vezes no plenário, eu peço a licença de falar em nome do CONDEMAT além de Mogi das cruzeiras do qual faço parte, me manifestei que o plenário é soberano e as Câmaras técnicas são órgãos auxiliares do plenário, louvei e louvo sempre a atuação das

Câmaras técnicas, não podemos confundir o papel das Câmaras técnicas com o papel dos agentes técnicos, primeira parte. Segunda parte, temos que aproveitar a oportunidade agora, já que foram analisados esses projetos, tivemos projeto sendo inabilitados, eu coloco, quando o pessoal coloca a questão da pontuação, pontuação x ou y, como professor tenho esse vício, quando você passa de ano passa com 10 ou 5, quem passa no vestibular também, pode ser o primeiro colocado ou último da linha de corte ou vai ser o mesmo profissional, não estou colocando aqui o grau de profissionalismo daquele que passou na linha de corte, na segunda chamada ou na terceira de um vestibular estamos habilitando ou inabilitando a pontuação é uma questão de hierarquização e não significa que seja pior, ou melhor. Vou pedir para que desliguem o som para eu falar, por favor.

Coloco da seguinte forma, os empreendimentos do Anexo 3, para embasar se faz necessário acrescer as deliberações 224/225, estamos falando em oportunidades para não ter retrabalho de todo esse trabalho que foi feito pela câmara técnica habilitando esses, ou seja, 26 até o 29 foram habilitados não importa a pontuação, e estamos falando na ordem de quase R\$140 milhões parados do fundo no momento de uma pandemia, que estão segurando os recursos, dos recursos do FEHIDRO o Ministério público já entrou, foi falado no início, já entrou com pedido justamente para dizer por que não são utilizados os recursos e agora, com oportunidade que temos para aplicar os recursos em questões que foram habilitadas, volto a dizer, habilitadas, vamos perder essa oportunidade? Em nome da câmara técnica de gestão ambiental do CONDEMAT e nós da prefeitura de Mogi das cruzeiros somos favoráveis pela inclusão da apresentação do Luiz Fernando

com o anexo 3 e com adendos feitos na deliberação para, sendo muito claro, agente técnico faça a avaliação de cada um dos processos e, já tivemos projetos que ficaram em primeiro lugar na avaliação e sequer conseguiram assinar o contrato, o contrato é outra parte do processo, deixaríamos para o agente técnico fazer essa avaliação e, conforme a deliberação uma segunda chamada, falo outra coisa, se precisamos como no passado ter de duas a quatro chamadas mesmo assim estamos deixando recursos públicos sem investir em momento em que está faltando dinheiro no mercado, para o poder público, vamos lembrar que poderia haver retenção dos recursos FEHIDRO...

Vice-presidente – Daniel vou pedir para você concluir estamos muito avançados na hora.

Daniel - Então coloco o seguinte, não acho que temos que perder tempo, então nós como municípios temos que pensar sim em não perder os recursos,

qualquer tipo de recurso que estamos perdendo é recurso público que está sendo mal aplicado, é isso. Não tem nenhum impedimento.

Murillo - Boa tarde. Vou tentar ser bem breve, na verdade e a primeira coisa, não sou contrário às propostas em si, porque sem dúvida favorecem, tanto que foram habilitadas, senão favorecessem e nem fossem habilitadas seria outra coisa, mas habilitação é uma das etapas, por exemplo como o cara fazer a matrícula, na escola, habilitação não é prova, como um pré-requisito, prova bem depois. Não sou favorável, a indicação, nas propostas como estão colocadas, também acho que o que está 224/225 está completamente desatrelada, não tem como condicionar com uma chamada que nem existia ainda há algo que já tem que ter uma definição, isso não tem como e também estamos com o jogo andando, não tem como mudar a regra, os municípios que não participaram, sou dos municípios, da primeira

chamada, por diversos motivos, assim como as entidades, dos órgãos do Estado, esperam que a regra seja a mesma que quando começou que não exista nenhum tipo de uso do recurso infringindo uma legislação 12283, então é algo muito desconfortável porque eu como o município eu quero ter a disponibilidade de concorrer agora no próximo pela segunda chamada com projeto de qualidade tanto quanto ou melhor que qualquer outro que seja submetido, isso que temos que ter, transparência e igualdade, o que está sendo feito é, colocando, estamos indicando projetos sendo que não temos prerrogativas para isso.

A soberania é muito relativa, tem limites, da competência, nossas competências na plenária são muito bem descritas e sei porque com frequência leio e no artigo 4º das deliberações que formam nosso estatuto, e não dá essa liberdade de fazer o que quiser de infringir uma lei estadual, de preterir municípios ou outros que possam entrar na segunda chamada em iguais condições a esses que foram habilitados e indicados, não dá preferência, não temos essa prerrogativa de dar preferência ninguém, temos que ser iguais para todos.

Presidente -Concluindo.

Murilo - Concluindo, por fim, a pergunta é assim, quero que esteja escrito em algum lugar da nossa Ata, de hoje, além de ter declarado minhas falas, qual é o respaldo legal para propor na plenária essa proposição e o quanto ela não contraria a 12183 de 2005 até em função da sua fala da questão do Ministério público e esse negócio todo, não quero

ter meu nome vinculado em um problema com o Ministério Público nessa questão do projeto, não estou discutindo o mérito do projeto, estou discutindo encaminhamento do projeto e não quero ter no meu nome uma mácula dessa, quero ter a certeza jurídica, com alguém que tem habilitação para tal, para dizer, "não, vocês podem fazer isso a vontade, está coberto".

Presidente - Questão de ordem levantada pela Luciana.

Luciana - É bem rápido, só para esclarecer para plenária que os recursos não são perdidos, vamos para a segunda chamada obedecendo regras da segunda chamada, isso precisa ficar bem claro e não ficou muito claro na fala do Daniel.

Presidente - Pessoal vou pedir para as manifestações serem curtas com dois minutos para cada um.

Marta Marcondes- Bom gente, quero corroborar com tudo que foi falado pela Camila, Luciana, Murilo.

Sinceramente não dá para voltar, incluir, uma coisa que está totalmente fora do contexto, então corroborando, sou totalmente contra a fazer a inclusão, bem enfático.

Daniel-Só para esclarecer, quando eu falei, me referi sobre a perda de recursos, falei da demora de recurso aplicado recurso não aplicado é recurso perdido mesmo que volte para segunda, terceira e quarta chamada, acho que o plenário é soberano nas decisões. O poder executivo hoje em dia já tem costume de fazer aplicação de recursos, e tudo mais, então não estamos cometendo nenhuma irregularidade, nenhuma ilegalidade, muito pelo contrário, estamos vendo o momento aproveitando o trabalho daquilo que já foi feito, para não fazer retrabalho, então reitero apoio a essas emendas na deliberação.

Secretário-Amauri e plenário, é muito mais como um esclarecimento do que como contestação ou resposta. Primeiro não está se dando preferência a

esses empreendimentos, estamos exatamente tentando, como se diria, de certa maneira, a aplicação dos recursos do comitê que é um problema que tem nos acompanhado ao longo dos anos. Penso que não está havendo nenhuma contrariedade em relação à deliberação 93, não vejo isso, me desculpe, porque a deliberação diz o seguinte no parágrafo segundo do artigo oitavo, (leitura do artigo) ou seja estamos falando do total de recursos da cobrança para este exercício não para essa deliberação ou indicação e o total de recursos da cobrança para esse exercício é cerca de 136 milhões dos quais 50% seriam 68 milhões, então podemos indicar até o limite de 68 milhões, agora, se esses recursos serão efetivamente aplicados, ou não, isso vai depender sem dúvida do resultado da 2ª chamada, agora, jogar por terra todo o trabalho que foi feito em cima desses empreendimentos, dessa habilitação, acho incoerente. Como esclarecimento, pontuado, eu

não sei o que significa ser mal pontuado, porque a Deliberação 93 diz que acima de 15 pontos está habilitado e todos estão acima dos 15 pontos, então estão habilitados sim, por que não? Agora, com relação a indicação, dentro dos 50% respeitando a deliberação 93, acho que estamos atendendo sim porque está dizendo claramente do limite dos recursos disponíveis para este exercício e dentro disso que estamos trabalhando.

Maria Emília- Olha, basicamente o Daniel e o Luís falaram parte do que eu iria colocar. Concordo com o que disse Daniel e com as últimas palavras do Luis Fernando, acrescentando, da mesma forma como estou aqui hoje trabalhei com os colegas nas reuniões das câmaras, só para lembrar que na última reunião, para chegarmos onde deliberamos, tivemos bastante discussão e eu mesma me posicionei contrária como a própria a nossa coordenadora Camila na hora, estava defendendo os recursos para utilização nas áreas

de mananciais não estou vendo nenhuma ilegalidade no que está sendo proposto, nenhuma aberração e nem desrespeito à Câmara, veja bem, na Câmara não deliberamos pela plenária, indicamos para a plenária deliberar e acho que estamos tentando fazer uma inversão de papéis, que não é correto, não desvalorizando nosso trabalho em momento algum, mas o papel das Câmaras é para indicar, pontuar e a plenária delibera, então sou totalmente favorável a proposta apresentada pelo Luis e Daniel.

Francisca Adalgisa- Bem, o debate dessa pauta nas Câmaras foi bem exaustivo, foi o mais democrático possível (microfone falhando) acho que a Câmara fez um trabalho detalhado, analisando todas as possibilidades que devem ser consideradas...

Presidente - Por favor, precisamos melhorar o som.

Francisca-Ok, as Câmaras técnicas debateram arduamente a deliberação proposta, levando em consideração diversos aspectos, considerando os riscos de denúncias, por direcionamento de recursos temos que considerar, já houve nesse Comitê fatos anteriores a esse, e pode vir, não sabemos, em que ano eleitoral tudo é possível, e outra questão, o trabalho não vai ser perdido os projetos estão aptos, são bons de fato, vão ser reapresentados e requalificados novamente, como discutimos na Câmara, se o projeto não sofreu alteração não vai ser reavaliado, não vai ter retrabalho, se vier igual no que está sem nenhuma alteração, sem nenhuma melhoria, por parte dos tomadores, não será reavaliado será considerado com a pontuação que está hoje, agora, damos oportunidade para os tomadores melhorarem seus projetos e reapresentar com pontuação até melhor, colocando melhorias no próprio projeto, acho que uma coisa não inviabiliza outra, os

recursos não serão perdidos, só estamos abrindo o espaço democrático para impedir, para evitar qualquer questionamento, ilegalidade e transparência no trabalho do comitê.

Laura Stela - Oi, vou retomar um pouco a discussão que tivemos na Câmara, era com relação a diferença entre projeto indicado e projeto habilitado, então tínhamos 29 habilitados, e não tínhamos, pela situação que se apresentava no momento, como indicar projetos acima dos valores estabelecidos, nesse ínterim houve uma consulta da direção do comitê a partir de reunião que foi feita com os coordenadores das Câmaras técnicas, não tivemos esse conjunto de informações trazidas durante as discussões nas Câmaras técnicas, que levou uma série de questionamentos para o COFEHIDRO e retornou com a possibilidade de poder fazer essa indicação dos projetos habilitados e o balanço dos recursos serem feito quando da indicação total a partir da primeira e

da segunda chamada, então temos um fato novo que foi trazido por essa consulta da diretoria ao COFEHIDRO que traz nova possibilidade de aproveitar todos os projetos que já foram avaliados e habilitados, independente de pontuação, porque foi 24 e pode ter tido 29 e não temos que discutir nesse momento, agora, pontuação, uma vez que se abre a possibilidade por solicitação do próprio comitê de fazer a indicação de todos esses projetos e temos que investir na busca de projetos para a 2a. chamada para atender a área de mananciais, não tem como fugir disso senão nunca mais vamos indicar projetos nenhum. É isso que eu tinha para dizer nesse momento.

Presidente - Quero observar que as inscrições foram encerradas e já estamos com essa Deliberação sobre análise, pelo adiantado da hora, estamos a quase uma hora com essa Deliberação.

Luciana- Passo a palavra para Melissa, minha suplente.

Melissa-Boa tarde. Vou ser bastante sucinta, primeiro quero deixar claro que não há perda de recursos realmente porque vai haver segunda chamada. Segundo, para valorizar o trabalho das Câmaras técnicas tem que se valorizar também a decisão das Câmaras técnicas e se já estamos há uma hora deliberando esse. Na plenária nas Câmaras técnicas tivemos 14 reuniões com a duração das 9 horas da manhã até 1 hora da tarde sendo que na última ficamos nesse ponto por mais de 3 horas, então existe o trabalho árduo das Câmaras técnicas que para ser valorizado precisa ser devidamente respeitado. O encaminhamento da câmara técnica foi esse não há mudança de entendimento, pelo motivo, como vamos garantir os 50% ao final do período, 2020, indicando na primeira chamada mais do que 50% fora da área de manancial e em uma eventual segunda chamada não entrar nenhum projeto, vamos pensar assim. Pode acontecer? Pode. Temos como

criar algum projeto se não entrar nenhum na área de manancial? Não tem, a única forma de garantir, é uma questão de lógica, 50% no período, é garantido 50% em cada chamada, qualquer coisa fora disso é fazer mágica com os números para favorecer algum interesse, então assim, a Câmara técnica não encaminhou isso, justamente por esse motivo. E a Câmara técnica não mudou seu entendimento não há fator superveniente que tem entrado aqui, então se nós vamos colocar a Câmara técnica como órgão acessório que só fez as análises, que aqui podemos deliberar contrariamente, isso não é valorizar o trabalho da câmara técnica, isso é de se respeitar o trabalho da câmara técnica. Eu pessoalmente eu avaliei 24 dos 47 projetos participando das 14 reuniões, então deliberar contrariamente a isso é desrespeitar meu trabalho, não valorizar. Esses projetos entram novamente, serão reavaliados e os tomadores inclusive podem

melhorar os projetos obtendo melhores notas lembrando que demos para cada tomador possibilidade de complementação não foi uma nota arbitrária foi uma conversa, com uma planilha preenchida, com indicações, leitura, com cada um dos analistas, com dois analistas até em cada projeto, e todos os tomadores tiveram chances de melhorar sua pontuação, alguns simplesmente apresentaram outro projeto, então se vamos respeitar o trabalho da câmara técnica vamos respeitar o trabalho da câmara técnica, a indicação foi essa e não houve fator superveniente depois que pudesse mudar essa indicação. Obrigada.

Camila Arantes- Eu só queria fazer uma consideração sobre uma fala da Maria Emília que trouxe meu nome, qual foi o entendimento dentro das Câmaras naquela reunião entre os coordenadores e a direção do comitê, quando foi discutido com a direção do comitê e até em uma reunião das

Câmaras técnicas, ficou entendido que os projetos poderiam ficar habilitados, isso é uma coisa, agora, está sendo proposto para já deixar esses projetos praticamente indicados, se entrar o mesmo valor de recursos em benefício de APRM/APM, os projetos estão automaticamente indicados. Quero recapitular com a Maria Emília que naquela reunião com as Câmaras, e aí, eu acho que o trabalho dos analistas e dos membros das Câmaras realmente tem que ser respeitado nos posicionamentos e discussões, a equipe tem que ser respeitada, teve essa mudança de entendimento da fragilidade de uma proposta como a que está sendo colocada aqui no momento, tá? Esses projetos podem ser submetidos novamente, os recursos não estão perdidos, ainda temos segunda chamada, mas houve entendimento que com esse encaminhamento que está sendo dado, ficam pré-indicados, sem perceber estávamos

indicando, foi isso que aconteceu na última reunião, a partir desse entendimento recuamos, não podemos fazer assim. Acho que esse entendimento vindo das Câmaras, elas dão suporte para as tomadas de decisões, então concordo com a Melissa, não estou vendo sentido para estudarmos, chegar em entendimento dentro da câmara para depois esse argumento que as Câmaras técnicas não deliberam, dão suporte para vocês deliberarem, então se não há necessidade desse suporte realmente não vejo qual é a função das Câmaras.

Presidente - Bem, realizadas discussões, e todas as considerações tomadas até o momento, vamos encaminhar, primeiro, submetendo para aprovação do plenário a deliberação conforme foi apresentada inicialmente e na sequência vamos submeter para o plenário a alteração dessa deliberação apresentada pelo Luiz Fernando, da mesma forma como se procede dentro do

parlamento, de modo geral, aprovando o texto-base, que já foi encaminhado previamente a todos os integrantes e na sequência vamos para segunda votação, relativa ao acréscimo dessa deliberação proposto pelo Secretário executivo.

Laura- Questão de ordem, sobre a colocação da Jumara, de quantos membros com direito a voto ainda estão na reunião era bom identificar.

Presidente - Está perfeito. Estamos fazendo a votação, dessa vez vou solicitar para todos os titulares, ou suplentes representando os titulares, que manifestem pelo chat exclusivamente, para não ter nenhuma dubiedade de interpretação no chat fica registrado, e de alguém que não está habilitado a votar terminar por votar e eu e a Larissa vamos fazer a conferência dos presentes representantes..

- Amauri pedir para o pessoal ser sucinto na resposta do chat para facilitar, a favor, contra ou abstenção.

Hélio- Eu ia pedir para você nem fazer no chat, mas para Ana, já que ela está com a lista aberta, para fazer nominal.

Camila-Acho mais pertinente.

Presidente -Pode ser.

Hélio - fala a entidade, se está titular ou suplente e vota.

Presidente -Muito bem, acho que é mais seguro para não ter nenhum tipo de contestação. Primeiro vamos votar o texto que foi encaminhado.

Helio- não precisa fazer duas rodadas ele entendeu?

Daniel - De qualquer maneira vai ter que aprovar o texto.

Presidente - É um procedimento que devemos tomar, porque vamos aprovado o texto e a segunda votação é alteração, o acréscimo ao texto que foi

aprovado, esse é um procedimento mais seguro até para qualquer deliberação.

Submetendo à votação a primeira parte, solicitando como fizemos até agora, acredito até pelos próprios comentários colocados especialmente pelo chat, o registro, e de todo o trabalho do pessoal das Câmaras técnicas, com relação ao texto-base entendo que podemos proceder como fizemos antes. Primeiro vamos fazer da seguinte forma, se está aprovado o texto-base da deliberação 100, que foi encaminhado, verificando rejeições e abstenções e parar segunda vamos apreciar a alteração aqui apresentada.

Em votação, aprovação do texto-base da Deliberação de número 100. Os favoráveis permaneçam como estão. Os que foram contra se manifestem. As abstenções, os contra ou abstenção que se manifestem pelo chat.

Destacando que é o texto-base.

Larissa- 1 voto contra.

Presidente - Foi aprovado o texto-base da deliberação.

Segunda votação, a alteração proposta pelo Secretário executivo Luis Fernando, nessa agora vamos fazer a chamada nominal, parece existir a necessidade, peço para a Ana que está com a lista por favor faça a chamada para Larissa contabilizar.

Maria Emília – Desculpe, não entendi, na segunda parte sou a favor também, do texto-base.

Presidente-Perfeito, retificando aprovado por unanimidade o texto-base.

Ana- Vou fazer chamada nominal dos titulares, se lá não estiver para o suplente.

Helio- Ana, acho que o Murilo fez uma colocação bem interessante, Amauri, ficou bem claro, o texto-base

foi aprovado, preciso agora as alterações, e ele está perguntando por que fazer diferente, eu acho que pode colocar quem aprova permanece como está e os que votam contra ou se abstém declaram voto no chat, verificando se é titular ou suplente pelas meninas, ou se tem direito a voto ou não.

Presidente - Perfeito. Vamos proceder dessa forma. Então vamos colocar para todo mundo votar no chat.

Murilo - Questão de ordem. Estou me sentindo um boi marcado. Não faz diferença, até para dar a mesma fluência, porque por esse sistema do Teams tudo aparece, não faz diferença, dá para saber quem vota, acho que está em uma linha meio esquisita, mas tudo bem (microfone falhando).

Presidente - Tudo bem acho que esse é um aprendizado com essa área virtual. Vou acatar sua sugestão, vamos proceder da mesma forma. Todos cientes do que estamos votando, alteração proposta pelo

Secretário executivo onde acrescentar anexo 3 fazendo indicação dos 5 empreendimentos habilitados e não indicados, indicação essa condicionada a que tenha a aplicação dos recursos em área de mananciais suficientes na segunda chamada, é o teor que estamos liberando nesse momento.

Os que concordam com essa alteração permaneçam como estão, os que votam contrários se manifestem pelo chat e os que se abstem.

Ana - Temos 10 representantes do estado, 10 dos municípios e 09 da sociedade civil.

Larissa - Pelas contas 6 contra e 6 abstenções, mas se quiser posso falar como daquela hora falando os nomes para verificarmos: Marcelo contra, Luciana contra, Marta contra, Cristiane contra, Reginaldo contra, Amauri abstenção, Marcelo Sampaio

contra, Adriana contra, Roberto abstenção, Murilo abstenção, Mari abstenção, Gerson abstenção, Ricardo abstenção.

Jumara- Votei contra também.

Larissa - Desculpa, não vi.

Presidente - Mais alguma? 8 votos contra e 6 abstenções, confirmando, 14 com 29 presentes, é isso? confirmado o quórum? Então 15 favoráveis.

Helio - 15 sim, 8 não e 6 abstenções.

Presidente - Então fica, pelo resultado, alterada a deliberação 100 com acréscimo das indicações condicionadas aos 5 empreendimentos do anexo 3. Com a observação que de fato o teor da proposta base foi unânime, todos considerando, indicação dos anexos. Encerramos agora votação de alteração com acréscimo do anexo 3 para indicação dos empreendimentos condicionados a existência de empreendimentos habilitados para

área de mananciais indicado para área de mananciais na próxima seleção.

Deliberação 101

Camila - Vou tentar ser breve até porque diante do que aconteceu aqui acredito que vocês também tenham a proposta para deliberação de chamada uma vez que a indicação de chamadas implica na de critérios.

Aguardando uma contraproposta porque do jeito que aconteceu agora temos que ter uma alternativa para deliberação dos critérios e hierarquização. Essa deliberação coloca os critérios para análise na segunda chamada. Recapitulando rapidamente, com saldo remanescente de 85.9 milhões, no meu entendimento esse é o saldo efetivamente, uma vez que aqueles empreendimentos ficaram preindicados pela decisão que acabou de ocorrer, com a condição que tenhamos recursos

com a condição equivalente para investimento em áreas de mananciais.

Fazendo rapidamente um apanhado, agora muda um pouco isso, das indicações que realmente serão efetivadas, que temos essa garantia, esse grupo de ações, oito, se não me engano a deliberação previa 30 ações e tivemos empreendimentos com 8 ações, tem que ficar claro essas coisas em termos do que está previsto no Plano de bacia, valores PAPI, com 2 ações, especificamente sobre qualidade hídrica subterrânea e todo recurso já previsto já foi investido, e a mesma coisa na ação 8.1 para capacitação dos municípios sobre a vulnerabilidade da adaptação das mudanças climáticas previsto um milhão e quinhentos entrou o empreendimento nesse valor, vamos ficar fora, se vocês olharam a minuta não entram. Aqui a Beatriz colocou um gráfico para termos a ideia considerando essas 8 ações indicadas na primeira

chamada, não estou trabalhando com as preindicadas, elas estão com a condicional, aqui as efetivamente aptas a serem indicadas no prazo da primeira chamada. O azul previsto de recurso na 2020 e em verde o que temos de indicação para o momento. Em síntese é isso das 30 ações como disse só 8 tiveram projetos, e é importante ressaltar que temos quantidade grande de ações vinculadas a benefícios APM/APRM onde algumas até entraram projetos mas não estavam aptos a serem indicados, habilitados na realidade, e para outras nem tivemos propostas, então assim, temos um grande problema sim, quando falamos de benefícios para essas áreas, repetindo o que eu disse, se o Comitê não consegue fazer isso funcionar, fico muito preocupada, não consigo passar para a sociedade como é que um comitê de bacia não consegue cumprir, já que há ações, problemas e os recursos.

Tendo em vista isso as ações que temos para segunda chamada, já que está espelhado no plano PAPI como reflexo também da primeira indicação, com o grupo de ações vinculadas ao PDC 1 e 2 mantendo o mesmo da deliberação 93 e da deliberação CRH prevendo no máximo 25% e na nossa deliberação colocamos o máximo de 15% também reflexo do PAPI, vinculando essas ações que não vou ler todas, está detalhado na minuta que receberam. No PDC 2 com outorga de direito de uso, acho que não teve nenhuma proposta na primeira chamada. De acordo com a deliberação CRH 188 precisamos de três PDCs prioritários para investir no mínimo 60% e nossa decisão foi no mínimo 70%, com ações vinculadas ao PDC 3, 4 e 7. Lembrando que na primeira tivemos indicações para sistema de esgotamento e de resíduos, já intervenção em corpos d'água não teve que poderia beneficiar os mananciais e não está entrando ações. PDC 4 também como

prioritário, temos nos nossos planos, ações que beneficiariam tem 50% essas áreas de APRM, temos ações, existem recursos, mas não teve nesse primeiro momento indicações, esperamos que tenha a mobilização para a segunda chamada com esse recorte. Tivemos aqui também as obras envolvidas no PDMAT, majoritariamente na primeira chamada. Refletindo ainda a deliberação 188 indicando no máximo 15% a critério do comitê em outros investimentos e nossa decisão tanto para a primeira chamada quanto para a segunda chamada seria do PDC 5 da gestão da demanda vinculado para questão de perdas e capacitação e comunicação social cursos de capacitação. Essas são as ações e se vocês pegarem a primeira chamada, as ações estão fora porque todo recurso disponível para aquelas ações já foram investidas, indicadas na primeira chamada. Aqui o detalhe que mantemos a indicação. As etapas previstas, está previsto na

Lei 12183 com investimento desses 50% dos recursos para as áreas de proteção e recuperação dos mananciais.

O Artigo 3º., as etapas do processo, e isso é importante, para algum proponente tomador ficar atento, incluímos apenas a possibilidade de treinamento para as propostas no intuito de melhorar a qualidade dos projetos e mais uma vez convido todos para participarem das reuniões da Câmara técnica no processo de avaliação e se não conseguir avaliar pelo menos tentem participar para entender o que é feito nas Câmaras técnicas e entendendo também a fragilidade dos projetos, garanto para todos que as Câmaras técnicas fazem o possível que todos os projetos sejam aprovados vamos até o limite, e toda essa pontuação que ficou discutindo, no momento anterior, garanto para vocês que foi até um pouco superestimada fazendo o possível para que todos os projetos fossem aprovados. e ainda

continuamos como foi na primeira proposta da primeira chamada a possibilidade do tomador melhorar a proposta, o grupo de analistas faz a leitura do projeto, coloca na planilha o que precisa de ajuste para o projeto ser habilitado, depois encaminhado para o proponente tomador com possibilidade de ajustar o projeto e é feita a nova análise do projeto pelos analistas e pela fundação, em grupo, estamos mantendo isso o que praticamente dobra nossa carga de trabalho, porque na primeira chamada quase todos que precisaram das complementações, e tivermos que analisar novamente com as complementações e agora vamos tentar deixar de lado para o tomador como ele tem que nos encaminhar os ajustes para irmos direto quando foi pedido a solicitações, os ajustes e, todas as etapas não vão ler todas, mas quero enfatizar isso, esperamos ter contato com vocês para proponentes antes do prazo para submissão das propostas, para deixar

claro a importância de um TR estruturado adequadamente, como fazemos para ter o vínculo da importância do projeto com ações, isso tudo é através do TR. As datas, tendo em vista a prorrogação do prazo, inicialmente era até 30 de setembro para indicação da eventual segunda chamada, era completamente inviável, e acho que todos, cada um por suas instituições, estão vendo que os prazos não estão mais normais e todas as instituições estão com dificuldades para as articulações necessárias, por exemplo, algumas complementações que pedimos eram documentos para comprovar parcerias ou que dependeria mesmo de diálogo interno dentro de uma mesma instituição e os tomadores muitas vezes não conseguiram fazer por causa da pandemia que dificultou um pouco isso, então acredito que a prorrogação de prazo esteja relacionada com o nosso atual cenário dado todos os prazos que estamos vivendo na

sociedade não teria que ser diferente para o sistema, então temos até 30 de novembro para as indicações e antecipando que estou madura esperando até 04 de setembro para enviar suas propostas. Temos aqui a relação de documentos, não vou me ater até porque vamos tentar esclarecer de alguma maneira depois, e aqui estamos deixando algumas coisas por conta do tempo, aqui os pré-requisitos para o projeto ser habilitado, primeiro atendimento ao manual e seus anexos, olhamos a documentação pelo manual ninguém cria nada durante a avaliação dos projetos, se a condição colocada pelo Manual-MPO está sendo atendida e como já foi colocado estamos tendo algumas flexibilizações no MPO que tem ajudado bastante.

Presidente - Camila peço para acelerar um pouco.

Camila - Do enquadramento das ações acho que já falei no início, não pode ser qualquer projeto ele tem que estar relacionado com as ações, e dos valores

de contrapartida acho que todos já olharam, mantemos a pontuação com a nota técnica que leva em consideração a abrangência do projeto, benefício sobre as áreas de mananciais e a avaliação global do empreendimento que é a leitura do TR verificando se todos os elementos necessários foram complementados, ou não, a tabela está no anexo. A composição da nota final, acho que pulou a nota de gestão, mas nem precisa, que tem mais haver com o histórico do tomador perante o Fundo, e temos esses cálculos, com o fator de prioridade que consideramos tanto para as duas deliberações os benefícios na área de proteção e recuperação dos mananciais com a consulta que fizemos pelo Marcos que já nos tinha ajudado no passado estabelecendo o fator de prioridade. Rapidamente, passou acontecer da primeira chamada desse ano, uma participação mais ativa principalmente dos tomadores no processo de avaliação dos projetos isso é um

caráter muito bom para entenderem um processo de avaliação entendendo aquilo que precisa estar presente para o projeto ser habilitado e isso vai ser mantido, somente pedimos para as pessoas se manifestarem se fosse essencial do projeto esclarecendo alguma coisa, mas continua com todos os tomadores podendo ouvir quando sua proposta for avaliada. O calendário, e os anexos, acho que todos viram na minuta, então temos protocolo das propostas no dia 30 a 4/novembro, com tempo para verificar a documentação, até 11 de setembro, verificando se todos os documentos estão certos, nessa etapa 2 podemos solicitar complementação de documentação e na etapa 3 o processo mais intenso com essas datas que estão aí, com as Câmaras técnicas se reunindo para fazer avaliação do projeto no mesmo entendimento da primeira chamada na mesma forma de trabalho que já tivemos. O mês de novembro para nós nas Câmaras técnicas, vai

até meados de novembro, embora seja até 30 de novembro o prazo, para podermos cumprir todos os prazos e encaminhamentos, depois até mesmo para plenária colocar os documentos no sistema para a Fundação entregar nas Câmaras e o trabalho finaliza em 13 de novembro, então vocês vejam como seria inviável aquela data. Prevendo plenária para 25 de novembro, para dar tempo depois ao encaminhamento dos documentos, iria falar sobre os anexos, mas acho que fechamos por aqui que fala sobre a forma do TR, o fator de prioridade. Se alguém tiver dúvida esclarecemos.

Presidente - Aberta a palavra para esclarecimentos e proposições.

Secretário Executivo do CBHAT -Bom, antes de mais nada, lógico até por conta do que foi aprovado na deliberação anterior eu entendo que há necessidade de alteração nessa deliberação e coloquei na fala. A proposta, aliás quero deixar esclarecido para todos que estão participando, é

uma pena que boa parte já foi embora, a proposta que estou apresentando não é minha, não é proposta do DAEE, é da diretoria do comitê, não é o Secretário executivo, estou apenas como porta-voz. Entendo então que temos que fazer uma alteração nessa deliberação pelo que foi aprovado e a proposta é para restringir a apresentação dos projetos em área de proteção de mananciais, não trouxe nada escrito, porque acho que a alteração não é tão significativa não em termos de texto, mas muito mais em termos de conceito, de conteúdo. A princípio a proposta seria alterar a emenda quando está escrito que aprova critérios para análise, complementando para ações que beneficiam exclusivamente as áreas de proteção e recuperação dos mananciais na bacia do Alto Tietê.

Por outro lado tenho uma observação que talvez fosse interessante alterarmos Considerando 9, colocando um semelhante ao 19 da proposta da

deliberação anterior, que faz referência não só a deliberação COFEHIDRO 224 e também para 225 que possibilita, que suprimiu o veto para financiamento das redes de esgoto.

Luciana - Primeiramente gostaria de agradecer bastante a Camila pelo trabalho, agradecendo a todos em nome da Camila, dando destaque para a ação dela, enfim porque ela é minha colega da Universidade do ABC, indicada para câmara técnica de gestão e investimentos CTGI, gestão de investimentos e fazendo então um trabalho técnico, voluntário como membro da sociedade civil. E que deu bastante trabalho, como podem ter visto. Entendo os incômodos todos que aconteceram aqui, precisam ser considerados quando formos pensar especialmente qual é o tipo de trabalho que queremos nas Câmaras técnicas e do grau de comprometimento das Câmaras técnicas com o plenário e do plenário com as Câmaras técnicas, também. Por que estou

trazendo esse ponto? Porque entendo agora que desde o passo anterior e, já que vamos fazer a priorização desses mananciais que são realmente prioritários para esse comitê de bacia, se o comitê está interessado na conservação dos recursos hídricos especialmente para abastecimento, então fazemos realmente restrição de projeto para área de mananciais e a última fala da Melissa é muito importante porque se não tiver nos projetos apresentados em mananciais, agora, aí sim os recursos serão perdidos, então se vamos fazer restrição sobre qual é o tipo de investimentos, na área de investimento da segunda chamada, advogo para também fazermos restrição na prioridade que vemos nos mananciais e entendo que para além das priorizações em áreas de mananciais precisamos colocar na então segunda chamada a priorização de projetos para fiscalização integrada. Qual é a nossa principal questão hoje nos mananciais, e nem estamos

pautando essa questão, com uma série de ocupações novas acontecendo, uma série de questões que precisa de polícia, e não temos nenhuma clareza sobre isso e o comitê não está se colocando, então se essa é a principal questão dos mananciais que façamos uma restrição na segunda chamada não só para mananciais, mas para os projetos de fiscalização integrada nos mananciais.

Presidente - Gostaria de sugerir e, não havendo novas inscrições, o texto da deliberação 101 talvez não propriamente na ementa, mas no artigo primeiro explícito declarando que a segunda chamada está restrita a empreendimentos situados, ou que beneficiem diretamente as áreas de mananciais, na bacia do Alto Tietê. Ou seja, Hélio, no primeiro artigo essa seleção abrangerá os empreendimentos exclusivamente situados em área de mananciais ou que as beneficie, o texto precisa ficar bem claro, por exemplo, pode haver

empreendimento apresentado que seja um estudo para todas as áreas de mananciais, não exatamente situado na área de mananciais, mas que vai beneficiar todas elas ele então isso fica passível de ser apresentado e submetido para aprovação, ou seja, o que já temos hoje inclusive na própria pontuação da deliberação, deixando claro, situado em área de mananciais, ou seja do benefício conservação proteção e recuperação dos mananciais ou da área de mananciais são objetos da deliberação.

Josué B.- Questão de ordem. Só queria ressaltar, quando você fala muito nas áreas de mananciais, somente para não ficar o conceito de manancial exposto, porque temos o manancial de água subterrânea também, então projetos que envolvam fiscalização ou melhora do aquífero de manancial de águas subterrâneas também tem que ter esses projetos.

Presidente - Desculpe Josué, não é esse o entendimento da legislação, manancial subterrâneo não é APRM ou APM, são mananciais superficiais na 9866, manancial subterrâneo não é estrito senso dessa lei, que protege as áreas de superficiais mananciais.

Camila- Acho que tão importante como restringir as chamadas somente aos empreendimentos de benefícios para as áreas de mananciais que fique claro aqui como isso vai ser feito, como o comitê vai atuar para realmente termos esses empreendimentos, porque existem ações recursos e os problemas ninguém tem dúvida que existem. Isso também precisa ser discutido porque senão simplesmente aprovamos a deliberação e depois os empreendimentos não chegam, ou não chegam na forma adequada para serem aprovados e indicados e continuamos a ter problemas. Isso é importante que ele colocou o comitê vai atuar para o comitê provocar os

proponentes tomadores que poderiam propor projetos nesse sentido, vai atuar.

Presidente - Certo.

Laura Stela- Essa questão que a Camila acabou de colocar do comitê ir atrás dos empreendimentos e conseguir trazer esses empreendimentos é extremamente essencial quando discutimos alocação de recursos, porque ano a ano estamos transferindo recursos e não conseguimos utilizar. Acho que na questão da área dos mananciais temos inúmeros problemas inúmeros assuntos para serem tratados, e acredito que nesse momento deixar essas ações passíveis de investimentos, toda se aplicam na área de mananciais então temos que ter um leque um pouco maior para o comitê conseguir atuar trazendo esses projetos para análise, habilitação indicação, acho que quanto mais amplo deixarmos nesse momento que os recursos estão acumulando é melhor, com certeza fiscalização integrada é um ponto importante, e

acabaram de sair resoluções da secretaria regulando a questão da fiscalização, então é uma área que temos que atuar, se conseguirmos será excelente, temos que trabalhar para isso.

Presidente - Queria fazer a sugestão, creio que o considerando 14 sugerido pelo secretário não seria necessário porque já existe citação ao artigo 3º nos outros Considerandos e também da deliberação 100, ou seja já está colocado, considerando o 14 então não seria necessário, fica claro que seria necessário buscarmos empreendimentos e tem que ser feita a alteração no considerando 13, que foi indicado na primeira chamada o valor R\$ 49.743 e aqui sim acrescentando que houve empreendimentos condicionados para apresentação, então um saldo não são exatamente 85 temos que subtrair desse saldo de 85 o valor correspondente a soma dos cinco empreendimentos. O 14 fica desnecessário.

Luciana - Questão de ordem, o saldo continua a ser o saldo, porque se você tiver projetos para aquelas áreas que pontue mais do que aqueles cinco habilitados , que foram indicados, são outros os projetos que vão, os habilitados estão com a pontuação que tiveram, então eles entram mas não está garantida está garantido o financiamento desses casos não tenham outros melhores pontuados, não é?

Presidente - Luciana não foi isso que foi aprovado na deliberação 100, pelo que entendi, pode até ser aberta a deliberação novamente, mas o que foi aprovado é que, o anexo 3 da deliberação com cinco empreendimentos que se não me falha a memória somam cerca de 39 milhões, que foram indicados e que a confirmação da indicação deles se dá mediante a contraparte de empreendimento em áreas de mananciais em valor equivalente para atender o artigo 3º da

disposição transitória. Luciana-Aí sim então estamos perdendo recurso não é?

Presidente - (problemas o com microfone) todos eles morrem, inclusive do anexo 3.

Luciana- Não tinha entendido assim, entendi que os empreendimentos iam direto e estariam na outra chamada, agora, já estão na outra chamada garantido, eu não sei.

Presidente - Não, não é, esse não é o que estava no computador da Ana.

Helio-Boa tarde a todos. Na realidade é mais um esclarecimento e pedir um apoio. Com relação a fiscalização integrada, tivemos duas ou três solicitações, nessa primeira chamada, que não vingaram, porque as prefeituras não fizeram sua tarefa de casa, de fazer parceria com o Estado definindo o que seria a fiscalização integrada, recentemente conversei com a Marta Marcondes que está aí, para ela dar um apoio para podermos

entender e construir uma deliberação, ou melhor um termo de referência, comum para área de mananciais, os objetivos, o que seria necessário, e o que pretende alcançar e com essas idas nós que participamos do comitê hídrico, e hoje quem faz parte pelo comitê é a Cristiane Cortez, tive contato com o pessoal da Secretaria da habitação de São Paulo, como uma pessoa da sociedade civil, o Mário Scarpin que vai nos ajudar para elaborar esse TR, mas não temos garantia que vamos conseguir alocar todo esse volume e faço o chamamento direto para você que entende bastante disso se você puder estar presente nas reuniões e a Marta agradeço bastante se podem ajudar nessa construção do TR.

Laura- Acho que aqui, conforme saiu da deliberação 100 o que vai esse saldo aqui, é descontando desses 85 o valor daqueles cinco projetos. o que sobrou vai ser aplicada em mananciais nesse momento, e o Carneseca tinha falado de incluir a deliberação

COFEHIDRO 225 inclui a possibilidade de financiamento para rede de esgotos, que não existia até o momento que a deliberação discutida, então acho que é outro tipo de ação que tem que ser incluída nessa deliberação agora conforme solicitação do comitê para o COFEHIDRO.

Presidente - Sim

- tem um considerando sobre o Manual que já contempla o MPO, então já está contemplado.

Laura - Não há limitações para isso sobre as ações dos PDCs? (microfone falhando)

Marta Marcondes.- Boa tarde, acho que, não sei se as pessoas entenderam isso mesmo, viu Amauri, pelo texto, entendi que esses projetos poderiam entrar aí, não que já seriam aprovados, me dá impressão na fala agora, todo mundo entendeu isso, gente? Que os projetos já estão aprovados e já receberão recurso, é isso? Eu fiquei bem incomodada com

isso Amauri, é isso mesmo? Os projetos estão lá e já são aprovados e a verba já é desses projetos, ou seja, dos 85 milhões nós temos que tirar os 30 ou 40 deles e só contar com o restante? No meu entendimento não foi isso o que aconteceu, e acho assim são 3 horas da tarde, todos estão esgotados, falarmos pois aqui será uma verdade, é um negócio bem complicado, bem complicado gente, sério, estou bastante incomodada com tudo isso e vou corroborar com que falou o Hélio na questão do monitoramento e da fiscalização para pensarmos disso. Não sei gente, não sei se todo mundo aqui está todo dia indo para o manancial, estou na Billings e na Guarapiranga todo dia, tem umas coisas assim, que se realmente nosso comitê está preocupado com proteção aos mananciais nós estamos muito aquém de tudo que está acontecendo nesses mananciais e isso está me deixando bastante preocupada, óbvio que obras de esgotamento sanitário são

importantes, etc, mas daqui a pouco não temos mais água porque não tem mais área de manancial. Desculpe, realmente é desabafo.

Presidente - Não Marta seu desabafo é totalmente pertinente. Tentando dar encaminhamento, sei que ainda temos uma inscrição da Camila, como encaminhamento para deixar claro, volte na tela anterior da deliberação, por favor, deliberação 100, está aí foram indicados aqueles do anexo 3, os cinco empreendimentos e a contratação fica condicionada ao atendimento do artigo 3º, ou seja na segunda chamada, então o que acontece?

Estamos fazendo uma indicação condicionada, por isso agora a seleção sendo dedicado apenas para as áreas de mananciais, se não houver indicações suficientes, cai o último, penúltimo, antepenúltimo, enfim, vão caindo na sucessão até haver contrapartida equivalente de indicações em área de mananciais. É isso o que está

colocado aqui. Portanto quando tem o anexo 3, tem um valor que eles somam, de 37.058, então o valor que temos efetivamente para essa seleção 48.934 temos nesse quadro, então tem que ser alteração para esses 48 e a minha recomendação é para colocar o artigo primeiro, ou seja, renumerando os seguintes, somente serão, enfim podemos usar aquele texto que vai lá na frente, empreendimentos que beneficiem as áreas de mananciais. se não me engano está no próprio quadro que dá a pontuação.

Maria Emília - Amauri desculpe, mas essa sua proposta de mudança teria que ter sido feita antes de regular agora nem tem mais como, já foi votada do jeito que está.

Presidente - Ninguém votou ainda essa deliberação Maria Emília, estamos discutindo deliberação 101 e não a 100.

Essa foi a proposta de encaminhamento, o texto exatamente é o texto da própria ou como o que está colocado, que privilegia as áreas de mananciais. Não existiria essa pontuação, em princípio, e aí Camila acho que nem tem sentido colocar a pontuação, enfim, todos são áreas de mananciais, já o Artigo 1º., então aí nem tem sentido colocar a pontuação lá na frente, pode tirar o número de pontos do total.

Camila - Era só uma fala em cima do que falou a Luciana e a Marta; reforçam isso, nas Câmaras técnicas optamos por recuar, deixar aqueles empreendimentos habilitados justamente no momento da redação dessa deliberação que estamos discutindo agora, critérios para uma nova chamada porque aí percebemos que automaticamente aqueles 5 empreendimentos ficariam preindicados em detrimento de outros, e esse foi um dos fatores, tá, em detrimento de outros empreendimentos que normalmente teriam

nota maior era só para colocar isso que esse assunto foi muito debatido em todas essas expressões que eu ouvi agora, "é isso mesmo que estamos fazendo?" isso aconteceu nas Câmaras, tá, é que imaginei que o pessoal fosse trazer uma proposta de redação e não tivéssemos que discutir isso agora já que trouxeram uma proposta para a anterior.

Presidente - É, essa foi uma, deixa a coisa pela metade. certo? Enfim.

Laura - entendo que a partir do momento que é só para a área de mananciais, isso tem que estar na ementa e no artigo primeiro que a segunda chamada só se restringe a área de mananciais, e pronto.

Presidente - Isso, pode tirar essa parte que foi destacado agora, serão aceitos apenas empreendimentos para conservação proteção ou recuperação dos mananciais.

Serão aceitas inscrições penas de empreendimentos para proteção, conservação ou recuperação de área de mananciais que atendem a área de atuação do CBHAT.

A sugestão da Laura para ficar na ementa também claramente indicado isso, renumerando os artigos subsequentes.

Pode ser eliminada a consideração 14, não tem razão. Pode colocar o mesmo texto do artigo primeiro.

Pessoal, feitas essas alterações, podemos seguir para votação? Então aberta para votação deliberação 101, para a segunda chamada apenas para empreendimentos que beneficiem as áreas de mananciais da bacia hidrográfica do Alto Tietê.

- Deixar só área de mananciais de não da bacia porque temos mananciais que podem ser

conforme previsto na lei, então deixar apenas áreas de mananciais?

Presidente - Isso. Áreas de mananciais. É. Deixando claro e depois tem que retirar a pontuação lá embaixo porque não tem mais sentido. Submetendo a votação, iniciado o processo de votação, para essa deliberação 101, os que concordam com essa deliberação com as alterações que foram propostas.

Secretário Executivo - Um esclarecimento, por favor, desculpe interromper. O anexo 9 da deliberação, onde tem a pontuação, permite o benefício parcialmente, não vamos considerar isso então?

Presidente. - Não

Secretário - Terá que ser total.

Presidente - É. Secretário ok, integralmente.

Presidente- Não podemos abrir isso agora, (falha no microfone) até porque não tem empreendimento, área de mananciais.

Laura - Tirar o considerando 14.

Presidente - Tirar o 14 também, por favor.

Murilo - Nesse não está contrário ao que a Beatriz acabou de falar?

Presidente - Como assim?

(debates, falas ao mesmo tempo, impossibilitando apanhamento taquigráfico).

se puder opinar sobre isso somente para termos certeza.

Presidente- É que esse é o texto da lei (leitura do texto da lei)

Participante não se identificou ao fazer uso da palavra-
Está previsto também que é possível indicar projeto em mananciais fora da bacia mas que beneficiem, entendeu?

Presidente - Mas aí é aquele negócio vai aplicar lá no sistema Cantareira na represa do Jaguari, tem que ser clara, contraditório nesse ponto.

Hélio - Por isso que levantei a mão degrada pode beneficiar direta ou indiretamente pode trazer benefícios também, desde que esteja comprovado o benefício, é o que estamos colocando, porque, por exemplo, acabei de colocar, a questão do monitoramento aumentando esses pontos, em quantidade e qualidade, estou beneficiando de maneira indireta, por exemplo, não somente dentro do reservatório na área de manancial posso pegar alguns pontos extremos onde podemos verificar, é disso que precisávamos ter clareza, com essa preocupação se colocar somente direta, vocês viram que já tivemos dificuldades para conseguir 24 milhões para área de mananciais, e quando foi feito, me ajudem o pessoal da câmara técnica, para conseguir esse saldo colocamos inclusive

projetos de educação, capacitação, que beneficiam de forma indireta as áreas de mananciais para poder aumentar o valor porque senão ele seria um menor ainda do que os 24 milhões. então a questão do monitoramento são importantes para os projetos trazerem benefícios diretos, se colocar somente direto a preocupação é na hora da análise.

Presidente - O empreendimento de monitoramento dá condições para se fazer melhor proteção e conservação, tudo bem, não tem problema está inserido nisso, se é monitoramento dentro de algum reservatório, por exemplo no rio Guaio, é um manancial, nunca foi investido nenhum centavo no Guaio, se for colocar algum monitoramento ali ótimo, é manancial trabalhando para proteção, creio que está abrangente aí, mas deixando claro que beneficia diretamente as áreas de mananciais.

- Para efeito de monitoramento sim foram considerados e os de capacitação não foram considerados para benefício na área de atuação.

(falha de microfone) na sua proposta de retirar a pontuação para área de mananciais, vamos separar da deliberação benefício parcial ou integral porque tem projeto que tem uma parte na área de manancial e outra fora, isso foi considerado, por exemplo, no projeto de monitoramento alguns ficaram no manancial e outros hora, foi colocado como benefício para as áreas de mananciais, então a ideia é manter a pontuação que estava anteriormente.

Hélio exatamente Amauri.

- O que eu coloquei também da área de atuação CBHAT é que existe a previsão em lei do recurso se a cobrança for fora da bacia estou procurando o texto, para passar entendeu?

Laura- Acho que esse texto tem em uma daquelas duas deliberações COFEHIDRO.

Presidente - Pessoal, vamos voltar aqui o texto, por favor, para podermos caminhar. Vou submeter, estamos com dificuldades, já temos 6 horas de reunião, acho que temos que caminhar para o encerramento. Solicitar para todos avaliarem o texto que foi colocado para o artigo primeiro, foi colocado o texto na ementa (falas simultâneas).

Luciana - Acho que não é recuperação de áreas de mananciais é, em.

Presidente - Pode ser. Ok. Mais alguma correção do texto? Deixamos a questão da pontuação. Podemos submeter a votação, alguma consideração? então acrescentado o artigo primeiro com a renumeração dos artigos subsequentes, depois por favor façam isso, serão aceitos apenas empreendimentos proteção, conservação ou recuperação em áreas de mananciais que

atendam a área de atuação do CBHAT, consórcio corrigido para 48.934 milhões e na ementa claro que somente para área de mananciais.

- Desculpe, mas somente para finalizar a questão, coloquei no chat, parágrafo terceiro do artigo segundo da lei 12 183 (leitura) pode colocar na área do CBHAT, com essa excepcionalidade do artigo, entendeu? Fica coerente com a colocação do Murilo.

Presidente - Sim. Ok, isso nunca foi aplicado, espero que não seja.

Laura - Interessa incluir essa excepcionalidade no momento?

Presidente - Não tem sentido, isso nunca foi aplicado, nenhuma bacia transferiu o recurso para nós e vice-versa, não é o caso, isso vale para fazer os Encontros da água, não é nesse sentido vir nós deficiências que existem aqui nas áreas de mananciais nossas já são suficientemente grandes.

Laura - É do espírito de solidariedade do COVID

Presidente - Mas nesse momento precisamos barrar o máximo possível a degradação dos nossos mananciais se não barrar não temos nenhum lugar para buscar água.

Em votação a Deliberação 101 na forma como apresentada na tela, com as alterações, os que concordam permaneçam como estão, os que discordam, por favor, se manifestem chat, e as abstenções também. Uma votação contrária e uma declaração de voto da Luciana.

Luciana- Bom, vou fazer voto contrário: primeiro porque está no caput dessa deliberação que estamos fazendo uma resolução para beneficiar a área de mananciais, que por tudo que aconteceu hoje nessa reunião sabemos que não é isso que está acontecendo, não é um benefício para a área de proteção aos mananciais, é um benefício para projetos que ficaram pendurados na outra

chamada. Segundo, nós sabemos que por conta disso alguns projetos que foram melhores do que aqueles poderão ser apresentados e eliminados por aqueles projetos pré-aceitos. Terceiro porque a grande justificativa, que é a perda de recursos, como justificativa da votação anterior, para não perder esses recursos, fica muito mais ameaçado agora porque pode ser que vamos perder tanto aqueles como os novos recursos, com os melhores projetos que poderiam ser apresentados nessa nova chamada, então voto contra, mas logicamente nunca vamos votar contra benefícios para área de proteção e recuperação dos mananciais, é simplesmente porque não entendemos que essa deliberação pretende fazer isso, de fato.

Presidente - Larissa a contagem, por favor.

Laura- Eu queria entender uma coisa, questão de ordem, como a gente vota contra a Deliberação para segunda chamada, o que fica no lugar?

Presidente - Laura, por favor, vida estamos fazendo a contagem, agora.

Laura - Então eu queria entender no caso do contra o que acontece se não tem a Deliberação da segunda chamada? Queria esclarecer.

Presidente - Laura, estamos votando a deliberação, por favor, estou pedindo para a Larissa a contagem.

Larissa - Contei 02 abstenções e 4 votos contrários.

Ana - Temos quórum de 20 membros, 8 Estado, 6 municípios e 7 da sociedade civil.

Presidente - Então com isso temos a aprovação da Deliberação da forma como foi apresentada aqui com essas alterações.

Queria consultar todos sobre o seguinte, já temos mais de 6 horas de reunião, é recorde absoluto, hoje batemos recordes, como o de presenças com 99 pessoas presentes em determinado momento, e temos pela pauta uma deliberação

ainda e uma apresentação da Carla que já tinha adiada da apresentação de fevereiro como compromisso assumido pela professora Jaqueline da UNIFESP com o relato do curso do ano passado, e outros assuntos, queria submeter para a plenária consulta para encerramento dessa plenária nesse momento com compromisso de realizar plenária em setembro, até para aliviar a pauta para outras questões. Os assuntos seriam acrescentados na plenária subsequente que agendamos.

Pedrosa - Eu queria colocar em consideração, estou acompanhando a reunião desde às 9:30 horas da manhã, sobre o item só para ver a área dada em compensação, se aceita, poxa vida, já estamos com a aprovação do empreendimento há dois anos e, postergando, para setembro, já está pronta a minuta, é só um aceite da área de compensação que estamos oferecendo nova linha Vice-presidente e foi perfeito Pedrosa, obrigado.

Hélio - É esse encaminhamento acho que ficou até agora fica mais um pouco para aprovar.

Laura - Também é essa colocação de encerrar com a deliberação 102 que já está muito tempo e vamos ter mais um prejuízo em relação ao licenciamento.

Presidente - Sigamos. Ricardo.

Adriana - Questão de ordem, se nessa altura do campeonato tão pouca gente na plenária, se vamos, ou não votar esse parecer, eu vejo prejuízos para votar agora, tínhamos 80 pessoas, quase 90 e agora menos de 40 ou 40 e poucas pessoas, todos muito cansados, acho que vai ser uma coisa feita de qualquer jeito. Eu representando minha Entidade sugiro para deixar para a próxima reunião.

Pedrosa - Adriana a próxima reunião é em setembro e eu, veja...

Presidente - Por favor, Pedrosa, você já se manifestou e estamos discutindo com os membros do plenário.

Adriana- Não terminei ainda, temos prejuízo já de cara com essa mudança de regra toda que estamos vendo aqui hoje eu não comentei, estamos aprovando as coisas sem os Subcomitês serem constituídos ainda, e temos questões importantes nesse projeto que tem que ser discutidas pelos técnicos estavam aqui e agora não estão mais, lógico que temos técnicos e técnicas aqui presentes muito bem preparadas mas acho que estamos muito cansados (microfone falhando)

Daniel - Corroborar que, se temos quórum, vamos colocar em votação, e dentro do sistema que já falei, todos já leram e as pessoas se manifestem em cima do que já leu, não precisa ser apresentado novamente.

Presidente - Pelo que foi colocado, verificar o quórum, e vou pedir rapidamente para o Ricardo apresentar deliberação 102.

Ricardo- Vou tentar ser o mais breve possível. Esse processo é mais simples do que os outros porque se trata apenas de compensação ambiental. o parecer técnico fala do local do empreendimento, Embu das Artes, a localização, como demonstrado pela área, tem 32 mil metros quadrados de área construída em terreno de 55000 metros quadrados, com a localização dos pontos de lançamento no parecer técnico, com essa vista em 3D parte dele está em Área de APP, e seguindo chegamos na página 5 com a proposta apresentada para CETESB para compensação ambiental, a intervenção ocorrerá em área de vegetação pioneira sem intervenção na APP, 63 árvores isoladas sofrerão intervenção gerando compensação de 780 árvores 4470 metros quadrados de APP margem esquerda do rio atendendo a resolução e a compensação em área externa seria na área não contígua de cerca de 121000 metros quadrados referente aos 375

cotas-partes excedentes do empreendimento, mostrando a área de compensação ambiental no parecer, proposta. No final temos as recomendações (Leitura na deliberação do item Recomendações).

Presidente - Perfeito, verificando o quórum para a votação. Somente para destacar que as recomendações são as que normalmente fazemos em todas as deliberações de situações semelhantes.

Cristiane- Boa tarde. Essa recomendação 3.3, o que seria? veículos automotores, não tem algum erro na redação?

Presidente - Não, seriam aquelas caixas de retenção que normalmente são colocadas nos sistemas de águas pluviais. qual é a sugestão por favor Cris

Cristiane-Utilizar pavimentos permeáveis nas áreas de circulação de veículos, ok, o que é sistema de coleta de resíduos de veículo automotor.

- Caminhão caçamba.

Ricardo- São os padrões, aí trata que nas áreas de pedestres a permeabilidade é direta para o solo e na área dos veículos piso permeável mais com caixa separatória de água para só a água ser retornada ao solo.

Cristiane - Tudo bem, se vocês acham que está certo porque a redação está esquisita.

(microfone falhando)... nas áreas de circulação de pedestres e de veículos, acompanhado de sistema de coleta de resíduos...

Ricardo-Resíduos oleosos para ficar mais claro então.

(correção da redação pela Fundação)

Presidente -Veículos, esses acompanhados de sistema de coleta de resíduos oleosos de veículos automotores.

Murilo- Se você colocar oleoso tira a gasolina, por exemplo. Eu acho que não, só resíduos, aí você deixa todos os tipos de resíduos, porque por exemplo graxa é sólido.

Adriana-Bom, temos que pontuar novamente, eu já vou falar isso pela terceira vez, (microfone falhando) os subcomitês não foram constituídos, até o momento, como foi falado aqui essas pessoas foram convidadas...a posição da minha entidade, aqui essa irregularidade vai levar a Associação buscar auxílio jurídico, não concordamos com isso de forma nenhuma, não somos contra a construção do empreendimento, não é isso, (microfone falhando)... a questão da região de Embu, do subcomitê dar o seu parecer, em uma coisa específica. Outra coisa, irem 3.4 e 3.6, não está claro, muito genérico, na questão dos

processos erosivos e movimentações de terra a nosso ver o Embu-mirim terá problemas com assoreamento, como sempre tem todas as vezes, sabemos que a grande movimentação de terra, trazendo riscos para o rio, isso só corrobora para termos a instalação dos subcomitês que as regras têm que ser respeitadas e que lá na frente realmente seremos obrigados procurar ajuda jurídica. isso que gostaríamos de pontuar mais especificamente, obrigado Amauri.

Presidente - Tem proposta de alteração para esses itens?

Adriana- Também não acho que seja uma redação tão simples é uma coisa um pouco mais complexa com a frase apenas que sejam adotadas práticas de ação e prevenção, é muito genérico, a empresa precisa detalhar quais serão as práticas e os processos, eu estou olhando no meu arquivo porque a tela está tampada para mim, como seria o controle de processo circular o detalhamento está muito genérico e sabemos o que é uma APP.

Presidente - Desculpe, mas é o texto padrão que temos utilizado em outras deliberações para situações semelhantes, inclusive de compensação ambiental em áreas de preservação Guarapiranga, Embu Guaçu, Itapecerica da Serra, que tem surgido para o comitê, são os textos, e faço a sugestão, claro que vamos instalar os subcomitês, virtualmente, pelo menos, o mais rapidamente possível, e no próximo caso de análise podemos aprimorar esse texto.

Adriana - Na verdade esse texto nem responde o que estou pedindo, o que vai acontecer, do depósito de todo esse material, como será o manejo, como evitar que todo esse material seja direcionado para o rio Embu Mirim, causando assoreamentos e inundações, quer dizer, se esse é o padrão, sinto muito, mas está deixando muito a desejar e temos então uma situação grave, muito grave, nesse ponto. Também a questão que colocamos, vamos buscar auxílio jurídico sim, não tem como continuar

dessa forma. Em nenhuma das que foram aprovadas hoje é correto isso, hoje se quebraram muitas regras aqui, estamos em ilegalidade Amauri." Presidente - Perfeito Adriana, agradeço...

Adriana – Isso vai ser registrado em Ata não é Amauri?

Presidente – Sim, e na próxima oportunidade traga um texto para podermos aprimorar essa Deliberação, inclusive no próximo empreendimento da área de proteção do Guarapiranga faço questão que vocês participem da análise de qualquer empreendimento e do GT consultas ambientais colocando a sua observação para podermos chegar na plenária sem contestação nesse sentido, é importante o consenso, para podermos caminhar. Submetendo a aprovação deliberação 112, os que concordam permaneçam como estão os que reprovam, por favor, se manifestem no chat e os que se abstem também.

Larissa - tivemos três abstenções e dois votos contrários.

Presidente - Temos presentes 20 pessoas, os restantes aprovaram.

Infelizmente temos ainda mais dois pontos na pauta, vou convidar vocês para almoçar e dizer que vamos encerrar a reunião, e para a parte dos informes me comprometo com a professora Jaqueline para a próxima plenária abrir com esse informe, pela segunda vez caímos pelo tempo. Também a demanda do IPT para se criar a câmara técnica de águas subterrâneas, solicito para vocês apresentarem essa proposta.

José Luis - Sou encarregado disso Amauri, até o dia 15 de agosto vou entrar com essa proposta.

Presidente - E também é importante discutir na Câmara técnica monitoramento hidrológico, discutam e no momento em que ela estiver madura tragam para plenário, nasce lá.

- Fico no pé dele, pode deixar.

Presidente - O rito seria esse de chamar a Câmara que hoje cuida do assunto discutindo a propriedade da criação de uma instância específica, porque é importante sim.

Não havendo mais manifestações gostaria de agradecer imensamente a paciência de vocês e inclusive comigo condução da plenária de hoje, pedindo desculpas por qualquer erro nesse processo estamos aprendendo e na próxima espero poder conduzir com maior assertividade.

A colaboração de todos foi fundamental, todas as críticas estão anotadas, registradas, e esperamos que o comitê possa sair desse processo até melhor do que entramos hoje. Obrigado a todos e um ótimo final de tarde e um bom almoço para todos.

Hélio - Antes de fechar somente perguntar, Luciana, Marta, conto com vocês para marcar uma reunião com o pessoal da secretaria da habitação de São Paulo e também o rapaz que falei da sociedade

civil do grupo segurança hídrica para trabalharmos com a proposta do termo de referência para gestão integrada?

(não se identificou fazer uso da palavra) - Pode contar comigo Hélio.

Luciana - Hoje saio um pouco chateada dessa reunião, mas enfim acho que vamos reconstruir os meios, está bom? (microfone falhando)

Hélio - Em nome da Camila quero agradecer a todos os membros das Câmaras técnicas, e pela Beatriz agradecendo toda equipe (microfone falhando)

Josué- Para finalizar, gostaria de cumprimentar o Hélio e o pessoal da FABHAT pela competência de análise dos projetos, eu achei acompanhando de perto e vendo que o pessoal não deixou a peteca cair em nenhum momento, parabéns para todos pelo brilhante trabalho e profissionalismo acima de tudo.

Hélio - Obrigado Josué, mas isso não seria possível se não fossem todos vocês, em particular aos membros da câmara técnica e em especial da Camila, mas também o Murilo com esse vídeo e sem contar a planilha Excel, então sem vocês não teríamos conseguido, com toda a certeza, cada um tem seu mérito mas foi trabalho em equipe, entendo a frustração das pessoas aqui, mas saiba que foi um trabalho em equipe e estamos todos juntos.

(debates, falas ao mesmo tempo dificultando compreensão)

Murilo-Vocês sabem o quanto me dedico na participação das Câmaras técnicas e sou leitor assíduo, estudioso dessas coisas todas, e confesso que essa reunião de hoje, foi assustadora. Assustadora porque eu sou uma pessoa que tem uma característica, um certo traço de igualdade, para mim as coisas têm que ser todas iguais, sabe assim, tem que saber dar o peso certo, porque às vezes tem pessoas que tem o braço mais forte e

essa tem que reconhecer que às vezes tem o próximo que tem o braço mais fraco e quando quem tem o braço mais forte não reconhece, aí entra a desigualdade, o que aconteceu hoje, e que juridicamente vai ser ajustado, o jurídico para mim pouco importa, porque tem tantos advogados que você arruma alguém que consegue justificar as coisas, para mim é a questão moral (debates, falas ao mesmo tempo dificultando compreensão). Confesso que estou muito desapontado, triste. Eu não esperava que tivesse uma reunião como essa, sobretudo em relação ao esforço que tivemos, na perspectiva que estamos construindo, na forma como eu, a Camila e a Beatriz trabalhamos, por exemplo, três pessoas de diferentes segmentos, somos três engrenagens funcionando porque nós três sabemos o peso de cada um de nós três, enquanto sabemos e respeitamos o peso do próximo, por isso funciona, por isso funciona mas

hoje infelizmente foi o contrário, hoje o Estado colocou um peso direto e indireto, se é que estão entendendo, que mostra o quanto agora a gente, eu sou do município e se me perguntarem como funcionam as coisas, vou ter que usar a técnica da demência, fujo, pelo menos nos próximos dias eu não vou conseguir dar justificativa plausível (microfone falhando) vou ter que simular loucura, porque do jeito que foi hoje (debates, falas ao mesmo tempo dificultando compreensão) tomara que os braços fracos consigam fazer força, vai ter uma hora, paciência, tudo faz parte do aprendizado e hoje aprendi, muito inclusive, hoje aprendi bastante.

José Luiz - IPT -Amauri, posso dar uma palavrinha?

Presidente - Claro.

José Luiz- Então, acho o seguinte, fica aí observando tudo aí, não querendo me manifestar e, sou da Câmara técnica, e tem um slide que foi apresentado que

dizia que gerenciar recursos hídricos termina sendo gerenciar conflitos, então fica claro que aconteceu uma série de coisas, a sociedade civil, municípios, enfim, estão se manifestando aí. Eu acho sinceramente, me permito fazer o comentário que é o seguinte, faltam muitas vezes boas conversas nos momentos certos. Tudo faz parte de uma política, de uma gestão, no momento em que a câmara técnica está reunida é um momento em que surgem esses conflitos, surgem os interesses de qualquer um dos segmentos, é a coisa mais natural do mundo, interesses, não tem problemas, e acho que poderíamos ter uma boa conversa na sequência, e acho que poderíamos estabelecer um compromisso de conversação, então quando surgirem certas demandas assim, independentemente de qual seja o segmento, promover uma conversa no sentido para acomodar os conflitos, porque como dizem somos

seres humanos de segmentos distintos, conversando em entendimentos, as legislações e tudo isso. Então na questão do momento, eu tenho a impressão, eu vi muita coisa acompanhei a reunião e muita coisa que foi debatido e aconteceu hoje e tivesse acontecido lá na Câmara técnica, tinham até dados novos, talvez, o conflito tivesse sido menor. Vi o que a Camila escreveu, dialogamos sim, mas estou dizendo Camilla, é que faltou uma parte do diálogo, daí surge hoje quando já aconteceu grande discussão na câmara e aí teve mais conflito, estou colocando como uma possibilidade de retomar uma série de coisas que o pessoal reclamou bastante aí, e eu diria que tem suas razões, então para evitar isso, queremos a melhoria do processo, tudo é processo, é isso que falo, no sentido de melhorarmos, entendeu? Até mesmo conflitos maiores por falta de uma boa conversa no

momento certo, dentro do timing, do que foi combinado, da escala e tudo, entendeu?

Presidente - Obrigado José Luiz.

Roberto Teruo Ohmori - Secretaria de Agricultura e Abastecimento - Em cima do que o colega falou queria deixar minha opinião e concordar que parte do problema de hoje foi uma falha de comunicação muito grande, infelizmente, eu acho que os colegas que queriam aprovar aquilo lá não foram felizes nas suas apresentações, gerando muitas dúvidas, e eu como sou substituto e tenho participado pouco, acabei ficando, não querendo interferir tanto, eu participei muito de Subcomitê mas não no nível do Comitê, algumas vezes em algumas reuniões, e nessa gestão hoje estou substituindo o colega de férias, mas achei que a forma do pessoal colocar as ideias não ficou claro para todos, então o que o colega acabou de falar, exatamente isso, quando você tem um fórum, um grupo, tem que ter uma comunicação

muito boa para trabalhar senão acaba gerando muitos conflitos, eu como agrônomo trabalho com organização rural, e a forma para trabalhar a minimização de conflitos é trabalhando muito bem com a comunicação então acho que é um grande problema que tivemos hoje, das pessoas que apresentaram a ideia, não foram felizes, Amauri, acho que teria que ter uma comunicação melhor, tanto que no final gerou toda essa dúvida do pessoal, no entendimento, daquilo que foi aprovado. Só essa colaboração que queria dar aqui para vocês.

Presidente - Grato Roberto. Muito bom.

Bom, pessoal é isso, eu vou encerrar minha participação, é isso, dizer de coração meu agradecimento a todos vocês o pessoal da Fundação e da Secretaria executiva, os que estão na nossa conversa aqui e espero não passarmos mais esses momentos constrangedores aqui nesse

comitê, precisamos de fato ter uma mudança efetiva nos rumos. É isso.

Hélio - Cris, eu te vejo amanhã na reunião, e gostaria sempre que possível, depois, poderemos alinhar, e eu te ligo para conversarmos como será a representação porque você está representando não só a entidade, FECOMÉRCIO e todo setor construtivo, como o comitê também, amanhã estarei com você na reunião para o suporte com o Palermo que tenho certeza que vai receber o comitê muito bem e sempre para trazermos as discussões para o comitê.

(debates)

Presidente- Tchau para todos.

* * *